



Anais da Assembléia

08

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO de 1987.

ANO XIII

SESSÃO SOLENE DA UNIÃO PARLAMENTAR INTERESTADUAL

REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 1987.

(SEXTA-FEIRA)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Solene da União Parlamentar Interestadual e, com grande satisfação, passo a presidência dos trabalhos, ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, Presidente da União Parlamentar Interestadual.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Esta Presidência, honrada com os representantes de sessenta e cinco milhões de eleitores de todo o País, quer anunciar a composição da Mesa:

Excelentíssimo Senhor Antônio Martins Annibelli, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Professor Otto Bracarense Costa, Digníssimo Secretário de Estado do Planejamento, e representando na ocasião Sua Excelência o Senhor João Elísio Ferraz de Campos, Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Doutor Gilney Carneiro Leal, representando na ocasião o Excelentíssimo Senhor Senador Álvaro Dias, Governador eleito do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Andriquetto, Vice-Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça e representando na ocasião Sua Excelência o Desembargador Mário Lopes dos Santos, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Milton Buabssi, representante de Sua Excelência o Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Digníssimo Prefeito Municipal de Curitiba.

Excelentíssimo Senhor ex-Deputado Federal Olivir Gabardo, Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, 1. Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Deputado Lindolfo Luiz Silva Júnior, 2. Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Numa homenagem que os Parlamentares brasileiros querem prestar aos nossos representantes no Congresso Nacional, convidando o eminente Deputado Luiz Carlos Borges para que possa assentar-se à mesa.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional executado pela Banda de Música da

Polícia Militar do Estado.

(É executado o Hino Nacional)

O SR. PRESIDENTE DA UPI (Luiz Alberto Oliveira) - Considerando membros da Mesa Diretora todos os Senhores Presidentes dos Legislativos Estaduais, e agradecendo a presença dos eminentes Parlamentares convidados, desejo registrar, também, a presença do Deputado Federal Aírton Cordeiro, ex-Deputado Estadual, nosso companheiro da União Parlamentar Interestadual. Ao mesmo tempo que registro, peço considerá-los convidados à Mesa também, os eminentes ex-Presidentes da União Parlamentar Interestadual, Vitorino James, Moacyr Bertolli e Francisco Horta.

Com a mais elevada satisfação, passo a palavra ao eminente Presidente desta Casa, o Senhor Deputado Antônio Annibelli, para que proceda à saudação em nome do Parlamento Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Excelentíssimo Senhor Luiz Alberto Oliveira, Presidente da UPI, companheiros de Mesa, Senhores Presidentes das Assembléias dos Estados da Federação, Colegas, Deputados Estaduais. (Lê):

"Em nome do Poder Legislativo do Paraná tenho a honra de saudar os Estados brasileiros aqui representados pelos Presidentes e membros de seus poderes legislativos, nesta convergência de propósitos para o bem da pátria e felicidade da nação.

Agradeço a presença de tão destacadas personalidades que vêm honrar este parlamento, iniciando aqui um processo histórico de renovação.

Creio que é chegada a hora do reencontro da política com a sociedade, e este é o momento para que nós, Deputados - legítimos representantes do povo brasileiro - iniciemos um esforço para resgatar a dignidade da função pública, a credibilidade perdida ao longo de décadas de crescente desfiguração das funções do Estado.

A tarefa é ingente! É difícil e difícil é romper vícios e hábitos profundamente arraigados nas anacrônicas estruturas jurídico-institucionais deste País.

Sei que os colegas presidentes para aqui vieram tomar posição em relação aos trabalhos constituintes, deslocando-se muitos de tão longe pela compreensão de que é chegada a hora de se organizar o Estado brasileiro em nova dimensão política, econômica, social e cultural de recriar a efetiva federação dos Estados, de acabar

com a hipertrofia da União que esmaga Estados e municípios, aniquila a cidadania, cerceia a liberdade de iniciativa, avilta a capacidade empresarial, submetendo a sociedade ao jugo da sua tirania.

Temos nós essa responsabilidade de, em cada um de nossos Estados, influir nossos representantes na Assembléia Nacional Constituinte para que leguem à Nação uma Constituição que seja espelho da sociedade, e não seu garrote; que seja fonte de inspiração e fomento de liberdade.

Como disse o grande Presidente Tancredo Neves, com quem tive a honra de partilhar dos bancos do Congresso Nacional: "Enquanto houver neste País um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras toda a prosperidade será falsa."

A busca de uma nova ordem na qual tenhamos a prosperidade verdadeira é o nosso objetivo.

Que Deus nos dê inspiração, força e vontade, permitindo que este encontro em Curitiba seja o primeiro passo para democratizar as decisões, descentralizar o Poder, dar autonomia aos Estados e criar os instrumentos que assegurem a prosperidade e o bem-estar da Nação, principalmente nesta hora em que vemos a Pátria brasileira declarar uma moratória condicional, nós vamos precisar de muita força, de muito trabalho, de muita dignidade, para levarmos a Nação brasileira a um caminho que seja de melhor condição de vida a toda a nossa sociedade".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA UPI (Luiz Alberto Oliveira) - Agora, temos a satisfação de passar a palavra ao eminente Conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, o grande artífice da União Parlamentar Interestadual dos últimos anos, o Grande Deputado Estadual Moacyr Bertolli.

O SR. MOACYR BERTOLLI - Senhor Presidente da União Parlamentar Interestadual, Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Digníssimo representante do Governador do Estado, Digníssimo representante do Governador eleito, deste Estado, Sua Excelência Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Senhor Presidente do Tribunal de Contas, deste Estado, Senhor representante do Senhor Prefeito Municipal, da cidade que nos recebe, Curitiba, Sua Excelência o Senhor Deputado Federal que aqui representa, juntamente com o Senhor Deputado Ailton Cordeiro, aqueles que vão nos escutar, nos ouvir, muitas vezes, nos próximos meses, se Deus nos ajudar, em Brasília, Senhor Secretário da Assembléia Legislativa deste Estado que muito tem colaborado para

o sucesso deste Encontro.

Senhores Presidentes das Assembléias do Brasil, Senhores Líderes partidários, com assento nas Assembléias que acompanham os Presidentes neste Encontro de Presidentes, Senhores Deputados, Senhores Presidentes das Seccionais, meus caros irmãos, Deputado Vitorino James, Presidente de honra da nossa entidade e também, o nosso ex-Presidente, homem firme, decisivo e lutador, Deputado Francisco Horta, imprensa deste Estado.

A etapa pioneira e de consolidação da União Parlamentar Interestadual foi a vivida por Vossa Excelência, Deputado Vitorino James, nos anos que precederam imediatamente 1964 e o sucederam. Chegamos depois, e a entidade já tinha renome e respeito; as Assembléias já haviam aprendido a convivência e os efeitos da ação solidária, criamos em exercício comum e fecundo as Seccionais da UPI, a nível nacional, uma para cada microrregião nacional, com ajuda trimestral, anual e bienal de trabalho. A cada dois anos o Congresso Nacional das Assembléias Legislativas, todo ano dois Encontros, também de dimensão nacional.

Fomos nos últimos seis anos, tribuna e cenário para fatos relevantes do País. Retorno quatro anos. Era um Congresso da UPI, num fim de tarde, no Palácio do Planalto, e as Delegações da UPI de todos os Estados tinham audiência com o então Presidente João Batista Figueiredo; lá falamos, usamos a nossa voz e recebemos a resposta. E à noite, os jornais, as televisões davam ao País, a imagem viva da presença da UPI no Palácio do Planalto e a voz sonante do Presidente da República ao noticiar ao Brasil eleições diretas para Governador dos Estados. Começara a grande mudança brasileira, e a União Parlamentar forneceu a oportunidade desta ocasião.

Dois anos e alguns meses, volto. Era novembro de 1984. A UPI está presente num Congresso, em Vitória, no Espírito Santo. Tancredo Neves deixou o Governo das Gerais. Fora feito candidato à Presidência da República nas eleições indiretas pela Aliança Democrática.

Em Vitória de Espírito Santo se cunha a expressão "Nova República" num Congresso da União Parlamentar Interestadual, Tancredo Neves, conferencista, ali grava o símbolo que perdura na redemocratização.

Dois anos e alguns meses, volto ainda para um outro fato, onde os Deputados Estaduais do Brasil invadiram o Congresso Nacional e se discutia e se votava a Emenda "Passos Porto", uma reforma tributária de emergência, mas de todo jeito reforma que aliviou, que contornou um pouco as prefeituras e os Estados na rígida e infeliz repartição tributária. No seio da UPI,

e com a República, se discutira e se aprovava uma luz lá no fundo de uma reforma tributária que nós tanto desejamos. A UPI estava presente.

Na tribuna da UPI, estiveram brasileiros que eram apenas cidadãos; ministros da época, lá estiveram, e depois ficaram como muitos, ainda estão em Brasília, tendo passado pelo Congresso. Em algumas das vinte e três Capitais brasileiras, o chão percorrido foi o País inteiro. Os resultados estão aqui neste encontro, onde a UPI junta o País na antevéspera da nova Constituição.

A Constituição é o marco inicial da construção de um País. Não há Estado organizado que não tenha Constituição. A primeira Constituição escrita dos tempos modernos é a dos Estados Unidos da América nos anos de 1787. A primeira Constituição do Brasil foi outorgada pelo Imperador D. Pedro I, nos anos de 1824. A segunda Constituição brasileira foi adotada por Assembléia Constituinte reunida após a Proclamação da República. A Constituinte reunida, sempre presente com delegados dos Estados, decidiram naquela época pela República e pela Federação. Pode-se dizer da Constituição que é a enunciação de princípios, regras e normas que governam os direitos políticos dos cidadãos, e as instituições políticas, suas funções e relações dentro de determinada comunidade política. A Constituição desenha a estrutura do Estado, explicita liberdades, direitos e garantias das pessoas humanas; lista direitos e deveres ecológicos, econômicos, sociais e culturais; organiza o poder político e a ordem econômica; estabelece o modo de garantir a supremacia de seus postulados e, ainda, descreve os critérios e procedimentos para a respectiva revisão.

A Constituição se designa também por Lei Suprema, Lei das Leis, Lei Maior. A Constituição é um documento político-jurídico principal de um povo: recobre-lhe os valores e dá contorno ao projeto nacional.

Diz-se da Constituição Federal que é o pacto através do qual os Estados decidem pela Constituição; criar um Estado que os reúna a todos para a vivência e a execução em comum de uma determinada proposta que se implementará ao longo da História. É normal que o pacto defina o grau de descentralização do Poder e igualmente estabeleça as regras do processo de sua revisão.

Em Brasília, se vai por em texto as idéias constitucionais do povo. Neste exercício há um papel para a União Parlamentar Interestadual. Este encontro demonstra que a UPI quer desempenhá-lo e tenho a certeza, por Vossas Excelências, que vai cumprir.

Senhores Presidentes, Senhores Deputa-

dos.

A UPI que chegou unida e forte é porque os Deputados Estaduais do Brasil assim permitiram, com participação, com trabalho a união necessária, nos momentos difíceis, a UPI sempre esteve acima de interesses locais e de regiões. Através da UPI se procurou, se convenceu que só através dela, como o diálogo que ela manteve é que nós podemos chegar a dar a nossa contribuição.

Os trabalhos de Vossas Excelências que foram eleitos há poucos dias Presidentes das Assembléias Legislativas, juntamente com as mesas diretoras e agora já, com a escolha das Lideranças. No sentido de que as Assembléias Legislativas tenham uma participação permanente e participem de quantas reuniões Vossas Excelências - Deputado Luiz Alberto Oliveira, juntamente com o Secretário Dilton Lírío, convocarem, deverão estar presentes para discutirem os problemas dos Deputados Estaduais do Brasil.

Tenho a certeza que os Presidentes das Assembléias Legislativas, vão, a partir de hoje, se integrar neste trabalho de união de esforços, porque nada vale um trabalho de um Estado se não estiver ligado para nós, no seu todo, estarmos ao lado dos problemas da comunidade e do povo brasileiro.

Procurar as prerrogativas do Poder Legislativo, procurar a descentralização administrativa, procurar a tão solicitada reforma tributária, procurar a legislação eleitoral mais adequada, foram temas discutidos nesses últimos seis anos na UPI e agora, está a oportunidade para que V. Exa., Deputado Luiz Alberto Oliveira, repito, juntamente com a diretoria da UPI, os Presidentes das Assembléias, dêem condições a todos os Deputados Estaduais do Brasil para que participem dos debates no momento em que o Congresso Nacional vai votar a nova Carta do País.

Tenho a certeza - Deputado Luiz Alberto Oliveira - que ao receber das mãos firmes do Deputado Francisco Horta, saberá V. Exa. juntamente com os demais membros da Diretoria, nesta nova fase por que passam as Assembléias Legislativas, promover, repito, tantas reuniões quantas forem necessárias para valorizar o trabalho daquele que recebe ao amanhecer o seu amigo, batendo sua porta: é um vereador, é um prefeito, é um presidente de uma associação de classe. Ele recebe um deputado estadual, é aquele que é mais visado, é aquele que é procurado diuturnamente. E nós temos a certeza que a valorização do deputado estadual vai ser, quanto será, o trabalho que Vossas Excelências terão na UPI e nas respectivas Assembléias Legislativas do Brasil.

Acompanhando a elaboração da Nova Carta e amanhã, adaptando-as às Assembléias Legislativas nos nossos respectivos Estados.

Senhor Presidente, tenho a certeza de que Vossas Excelências estarão ao lado e que mais do que nunca, entendemos que somente no diálogo e participação dos deputados estaduais, a Nação brasileira terá a transformação desejada por todos.

Agradeço a Vossas Excelências o convite e a oportunidade de inserir no debate a minha mensagem, e desejo registrar que prossigo confiante no povo brasileiro e na representação que o povo designa para as tribunas legislativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) -

Tenho a honra de passar a palavra ao eminente Sr. Deputado Anibal Khury, Primeiro Secretário desta Assembléia Legislativa, que fará exposição sobre o Parlamento Estadual.

O SR. ANIBAL KHURY - Excelentíssimo Sr. Deputado Antônio Martins Annibelli, Presidente da Assembléia.

Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, Presidente da UPI.

Excelentíssimo Senhor Otto Bracarense Costa, Secretário de Estado e representando o Governador João Elísio.

Excelentíssimo Senhor Gilney Carneiro Leal, representante de Sua Excelência o Senador Álvaro Dias, Governador eleito do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Andriguetto, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, representante do Senhor Presidente do Tribunal de Justiça.

Excelentíssimo Senhor Milton Buabssi, representante do Senhor Prefeito Municipal.

Excelentíssimo Senhor Olivir Gabardo, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Deputado Lindolfo Luiz Silva Júnior, Segundo Secretário da Assembléia do Paraná.

Excelentíssimos Senhores Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil.

Excelentíssimos Senhores Deputados visitantes.

Demais autoridades presentes. (Lê):

"Após novamente assenhorear-se de seus destinos, vive hoje a nação brasileira um momento magno em sua história, que é o de, através da Assembléia Nacional Constituinte, reconstruir as suas estruturas básicas. Para o foro onde será a nova carta magna confeccionada estão a afluir os anseios maiores dos brasileiros, pois que, a sua promulgação representará o ápice de

uma longa jornada permeada de ingentes sacrifícios. De efeito a outorga de poderes constituintes aos representantes do povo, recém eleitos, derivou da uníssona vontade popular em esbater uma tutela que, não solicitada, culminou por sedimentar-se e obstaculizar a efetiva realização dos verdadeiros ideais deste País, pois que, os ideais perseguidos por um povo constituem sua própria essência, liame que o congrega e determina sua união, porque representam a esperança. Muitos deles são universais e perenes - a busca da justiça e da equidade - e fazem parte da gênese mesma da humanidade. Mas, há os que pertinem a momentos determinados da vida de uma Nação, por espelharem sua realização o prenúncio de uma nova era.

Entre estes ideais, para nós, figurou a almejada convocação da Assembléia Constituinte, subsistindo ainda em todos, o sentimento de se ver promulgada uma Carta consentânea com as aspirações nacionais. Pois, se uma constituição vem a ser precisamente aquele conjunto de dispositivos cuja eficácia e autoridade se espraia sobre todos, normando os princípios basilares de uma sociedade política e juridicamente organizada deve por isso atender aos reclamos que dela espontaneamente vertem, estabelecendo balizar amplas, gerais e abstratas, as quais permitam um atuar da liberdade dos diversos segmentos que compõem a tessitura social.

Multifário e permeado de disparidades, possui o Brasil, no entanto, uma unidade espiritual não desagregada sequer pelo gigantismo de seu território; Por isso, a missão dos que foram incumbidos de redigir o texto maior está a exigir suprema inspiração, que é a de, em concisos preceitos, mesclar a infinita gama de matizes e caracteres existentes no povo brasileiro. E a história anota alguns exemplos singulares onde a preocupação de cristalizar em princípios a vontade popular se verificou: sábio soberano, João Sem Terra, no século XII, consoante com proposição manifestada por seus súditos, ineditamente aquiesceu em determinar integrasse o texto constitucional da época, dispositivo que previa fossem impostos apenas os tributos por eles admitidos. E não só aqueles, os tributos, não desapareceram, como inaugurou-se uma etapa de harmonia entre o poder instituído e seus subordinados. Dest'arte, almeja-se da constituição a ser promulgada a observância e respeito às diversas realidades componentes da estrutura deste País, possibilitando que cada parcela social integrante das diversas unidades federadas possa, observando os mandamentos maiores, organizar-se e gerir-se livremente, realizando os seus mais caros valores. Como bem lembrou Geraldo Ataliba a primei-

ra constituição republicana e federal fixou certos princípios a serem aplicados aos Estados, às Assembleias Legislativas dos Estados e Assembleias Constituintes Estaduais. Com ampla margem de atuação, as respectivas constituições formaram um rico repositório de aspirações e tradições peculiares a cada célula federada. Assim, devemos apelar, diz ainda o jurista, a volta aos primeiros pruridos republicanos e federalistas, no sentido de que a Constituição Federal só fixe os princípios básicos e fundamentais e preserve a liberdade do legislador constituinte estadual, o plasmar, o armar, o organizar as instituições políticas de cada Estado, atendendo à sua realidade, sua história, enfim, às características do momento e do local dos mesmos.

É neste panorama que avulta em importância a emenda n. 25 à Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 27 de novembro de 1976. Fruto de rara sensibilidade política e senso de perspectiva histórica, decorre ela de proposta encaminhada ao legislativo estadual por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, visando atribuir Poderes Constituintes aos Senhores Deputados Estaduais da atual legislatura, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais. Objetivou-se, com tal iniciativa pioneira, a manutenção desta Casa em sua plenitude se, quando da vigência da Carta Maior, proventura as Assembleias Estaduais vierem a ser dissolvidas, bem como, desde logo, outorgar condições a seus integrantes de amoldar o texto constitucional do estado às disposições oriundas da Lei Superior.

Com efeito, reza o artigo único da emenda em referência ficar acrescido à Constituição do Estado do Paraná o artigo 160, com dois parágrafos, no seguinte teor:

"Art. 160 - Os atuais Deputados Estaduais eleitos para a legislatura a iniciar-se em 1987, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão em Assembleia Constituinte Estadual, imediatamente após a promulgação da Constituição Federal pela Assembleia Nacional Constituinte.

§ 1.º - Iniciados os trabalhos da legislatura, será constituída uma Comissão Especial de quinze membros, com representação proporcional dos partidos políticos, para redigir e encaminhar ao Plenário, o projeto, segundo regimento por ela elaborado.

§ 2.º - A Constituição do Estado do Paraná será promulgada depois de aprovado o seu texto em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo".

Assim, respeitando-se os parâmetros

fixados na Constituição Federal, a Assembleia Estadual submeter-se-á ao sentimento coletivo, pois, se do povo a Constituição emerge, concretizando-se através da autoridade a nós, Deputados, atribuída, ao povo servirá. Por isso, o texto constitucional do Estado, a cuja confecção estamos afetos, amalgamará os caracteres mais amplos e gerais desta unidade federada, submetendo ao império de seus cânones o Poder Público e o cidadão, convertendo em um complexo harmônico, direitos e deveres previstos a todos, indistintamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA UPI - (Luiz Alberto Oliveira) - Tenho a honra em convidar à Mesa o eminente Presidente da Assembleia do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Gilberto Castro Rodrigues, para que possa, em nome dos Parlamentos, entregar um diploma de Mérito Parlamentar ao Eminentíssimo Vice-Presidente da Assembleia de Pernambuco, Deputado Felipe Coelho, decano dos Parlamentares brasileiros, que completa o seu décimo mandato, e a UPI resolve, desta forma, prestigiar o eminente Deputado.

(Palmas)

Convido o eminente Presidente da Assembleia do Espírito Santo, Deputado Dilton Lirio, Secretário Geral da UPI, para que possa entregar, igualmente, o diploma de Mérito Parlamentar ao eminente Presidente de Honra desta entidade, o Deputado Vitorino James.

(Palmas)

Convido, igualmente, o eminente Presidente da Assembleia do Rio Grande do Norte, Deputado Nelson Freire, para que possa entregar o diploma de Mérito Parlamentar ao ex-Presidente da UPI, Moacyr Bertolli.

(Palmas)

Convido o eminente Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Senhor José Jabur, para que entregue o diploma de Mérito Parlamentar ao eminente ex-Presidente desta entidade, de quem tive a honra de recebê-la, Professor Francisco Horta.

(Palmas)

Agradecendo a presença de tão eminentes personalidades a esta sessão, convido os eminentes Parlamentares para uma sessão de trabalho no edifício anexo, auditório A, do Edifício Tancredo Neves.

Após esta reunião de trabalho, no período da tarde teremos os debates a respeito das Constituições Estaduais e da Constituição Federal.

A UPI e o Paraná sentem-se honrados com a presença dos eminentes Parla-

res, na certeza de que deste Encontro haverá de sair um norte e um rumo para que todos nós possamos legislar em favor do cidadão comum. A obrigação maior do Parlamentar é a de advogar seguramente os direitos do homem comum, com a representação elevada que possuem dos Parlamentares aqui presentes, dos seus respectivos Estados, teremos, deste Encontro, o passo inicial de um longo trabalho em favor do povo brasileiro.

Antes de declarar encerrada esta sessão, convido os presentes a ouvir o Hino do Paraná, após o que passaremos para a sessão de trabalhos.

(É executado o Hino do Paraná)

Levanta-se a sessão.

(Está reaberta a sessão)

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Alberto Oliveira)

Convido o Presidente de honra, Sr. Vitorino James para sentar-se à mesa. Sinto-me honrado com a presença do Deputado Dilton Lírio, Secretário-Geral, Presidente da Assembléia do Espírito Santo.

Declaro reaberto os trabalhos deste Encontro dos Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil e concedo, de acordo com o nosso programa, a palavra ao ilustre Professor de Direito, Deputado Francisco Horta, de quem como afirmei pela manhã, tive a honra de receber a entidade de forma exemplar e cujo trabalho e dedicação a nossa entidade, identificou-se com o espírito de Vitorino James, com o trabalho de Moacir Bertolli e que certamente terá continuidade com o trabalho dos eminentes Presidentes dos Poderes Legislativos Estaduais. Com a palavra, portanto, o Professor Francisco Horta.

O SR. FRANCISCO HORTA - Eminente Presidente Deputado Luiz Alberto Oliveira, eminente Deputado Dilton Lírio, Secretário-Geral da União Parlamentar Interestadual, Senhor Presidente das Assembléias Legislativas Estaduais aqui presentes, Senhores Líderes de Bancadas, Senhores Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores, Imprensa.

Incumbiu-me o eminente Presidente da nossa entidade de abordar neste Encontro de Curitiba um tema certamente polêmico, um tema certamente complexo, mas um tema, a meu juízo, fundamental para a vida da nossa entidade, qual seja de examinar à luz da Constituição vigente, da Constituição de 1969, o posicionamento das Assembléias Legislativas Estaduais com vistas ao seu Poder Constituinte.

A grande indagação que se faz neste momento é se essas Assembléias Legislativas Estaduais possuem o chamado Poder constituinte, isto é, o "Poder dos Pode-

res", o Poder Supremo Legislativo de elaborar totalmente uma nova Constituição.

Vossas Excelências encontrarão nas suas pastas exatamente a minha palestra porque eu a redigi e para que o vento que leva as palavras não prejudicasse a reflexão de cada um, posteriormente a minha fala.

O que eu quero, ilustre Presidente, ilustre Secretário-Geral, é suscitar, é provocar hoje o grande debate. A tese que eu sustento nesta palestra é de que as Assembléias Legislativas, todas elas, as vinte e três, possuem o que eu chamei de "Poder Constituinte Decorrente Inicial". Foi a terminologia que eu preferi empregar em vez de empregar uma terminologia subalterna, uma terminologia dependente do Constituinte Federal, ou da Constituição Federal, eu preferi empregar tecnicamente e expressão "Poder Constituinte Decorrente Inicial", que quer dizer que todos os novecentos e quarenta e seis Deputados Estaduais, portanto, o maior número do que os quinhentos e cinquenta e nove Constituintes Federais que lá estão em Brasília, já tem independentemente de qualquer emenda, como foi feita, prudentemente, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, independentemente de qualquer emenda constitucional, em decorrência da emenda Constitucional n. 26, que convocou o Poder Constituinte Federal, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte, já instalada desde 1. de fevereiro. Possuem, portanto, os Deputados Estaduais, o poder constituinte de elaborar conjuntamente, não depois, - eis a tese, simultaneamente com a Constituinte Federal, as Constituições dos Estados membros.

Claro que há limitação que reconheço. Claro que há dispositivos na Constituição vigente que indicam, que determinam esta hierarquia. Haja vista o artigo 13, que é exatamente o que consagra a autonomia dos Estados membros e o artigo 200, da Constituição. Dizem, claramente, que os princípios cardeais nela inseridos obrigam automaticamente aos legisladores constituintes estaduais.

Mas, o que quero defender como tese de Direito Constitucional, nesta oportunidade, é que os Deputados Estaduais tenham o poder constituinte decorrente, isto é, possam constituir comissões. E a indicação que faço ao final do trabalho é exatamente que no sentido de que a UPI, nesta assentada de Curitiba, já nomeie uma grande comissão, - a Comissão da Constituinte - representativa de todas as regiões do Brasil, de todas as Assembléias Legislativas do Brasil, para elaborar o que eu chamo de Constituição Estadual padrão, porque há regras gerais que interessam do Oiapoque ao Chuí, são regras comuns, mas há também,

peculiaridades regionais que precisam ser respeitadas. O que acontece no Amazonas não acontece no Paraná, necessariamente. O que é bom para Goiás pode não servir à Paraíba e assim por diante. Há peculiaridades regionais que têm de ficar, a meu ver, exatamente a critério do Legislador Estadual Constituinte e jamais, e nunca, do Legislador Federal Constituinte.

O que se deseja é que a UPI, através desta Comissão, que as vinte e três Assembleias Legislativas, através também das suas Comissões Constituintes a serem criadas a partir de 1.º de março próximo, interpartidárias, com representatividade de todas as bancadas que tem assento, se façam presentes. O meu Presidente aqui presente, o ilustre Deputado Gilberto Castro Rodrigues, já compartilhou juntamente com os líderes de quatorze partidos que têm assento. É a Assembleia Legislativa com maior representatividade no Brasil; nenhuma outra possui quatorze partidos, só a do Rio de Janeiro. Então, Sua Excelência, o Presidente já compôs com o Colégio de Líderes exatamente a criação da Comissão da Constituinte com todas as bancadas lá presentes.

A meu ver, este trabalho da Comissão da Constituinte da UPI seria um trabalho de "lobby", um trabalho de pressão em Brasília. Hoje, pela manhã, ouvimos esta expressão que me parece extremamente correta, utilizada pelo ilustre ex-Presidente da UPI. Disse ele que o nosso Presidente atual terá que morar em Brasília. Não há exagero nesta expressão.

Realmente, o nosso ilustre Presidente atual, terá que estar em Brasília com grande permanência e não isoladamente, acompanhado sempre se possível da representatividade da Diretoria, como por exemplo, do seu eminente Secretário Geral e também Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, portanto, com peso político e também de membros dessa Comissão que eu sugiro ser criada, Sr. Presidente, dentro da nossa entidade para que esta pressão atue junto aos ilustres Deputados Federais.

Teremos lá, uma ponta de lança extraordinária que é o nosso querido Deputado de São Paulo aqui presente, tão estimado por todos nós que disse hoje com muita graça que será o nosso espião em Brasília e, por isso, devemos aproveitar Sua Excelência para agir permanentemente como fez o ilustre ex-Presidente, Deputado Moacir Bertolli e por isso que a UPI conseguiu vitórias extraordinárias, espetaculares em Brasília, mas foi exatamente em razão da tenacidade, da perseverança e da presença física do nosso ex-Presidente em Brasília.

De modo que, queridos amigos, ilustres companheiros, a Constituição Federal, a

vigente, a de 1969, outorgada por três ministros militares, que precisa, portanto, ser modificada, para que ela represente a vontade da Nação, através do Parlamento, através da Assembleia Nacional Constituinte, ela deve ser seca, ela não pode ter mais de cem artigos. Sr. Presidente, quando eu digo cem artigos, obviamente falo no sentido figurado, admitindo um pouco mais, um pouco menos, não importa, o que eu quero dizer é que ela jamais pode ser casuística, porque ninguém mora no Governo Federal, ninguém mora sequer no Governo Estadual, todos os cidadãos, todas as pessoas deste País moram num município e, portanto, para o fortalecimento do município é fundamental que se fortaleça a própria federação, o regime federativo, os Estados-membros que não podem ficar unidos ao Poder Federal, hoje esmagado sob o ponto de vista não simplesmente tributário, de dinheiro, de recursos, mas esmagados também, sob o ponto de vista legislativo.

Então, eu dispenso de ler a palestra que redigi com profundo amor, com profunda reflexão numa homenagem não só a esta admirável entidade que eu tanto amo, a União Parlamentar Interestadual, mas numa homenagem a Vossas Excelências já que não tenho mandato neste momento, por isso, não estou obrando em causa própria pensei muito mais na dignidade dos mandatos parlamentares estaduais do que na minha pessoa.

Eu sou o segundo suplente da minha bancada no Estado do Rio de Janeiro, de modo que o que está aqui plasmado é exatamente o fruto dos meus estudos militando no magistério da Faculdade Nacional de Direito há vinte e sete anos, e estou convencido, absolutamente convencido de que cabe a cada uma das Assembleias, esse é o ponto nodal, cabe a cada uma das Assembleias, a partir do dia 1.º de março, trabalhar em cima da nova Constituição, do artigo primeiro ao seu derradeiro artigo, em forma de anteprojeto, aguardando a promulgação pela Assembleia Nacional Constituinte, da futura Constituição Federal, mas, gerando uma notícia perante a população, perante os eleitores, dando, portanto, à população brasileira, uma comunicação, uma transmissão de trabalho legislativo. Do contrário, Sr. Presidente, eu temo pela sorte das vinte e três Assembleias Legislativas, se ficarem trabalhando só com o cotidiano, com o dia-a-dia, não tenho dúvida alguma, que não vai sair sequer no rodapé do jornal local, o noticiário político da Casa, porque todas as cabeças políticas deste País, estarão voltadas e concentradas para o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, em Brasília.

Então, imagine V. Exa., Sr. Presidente imagine Vossa Excelência, Senhor Secretário Geral, imaginem Vossas Excelências,

Senhores Presidentes de Assembléias, Líderes e Deputados, a riqueza deste trabalho, de vinte e três Assembléias Legislativas, e mais uma Comissão Geral coordenando este trabalho, a Comissão da UPI, criando diariamente, imaginando diariamente, colocar na Lei Suprema, na Lei Fundamental, aquilo que a população aspira, aquilo que a população reivindica.

Quero, portanto, suscitar o grande debate! Quero provocar, neste momento, as cabeças privilegiadas que me ouvem, esta grande reflexão!

Não vamos cuspir no prato em que comemos, ao contrário, vamos valorizar o prato em que comemos, que é, exatamente, a nossa atividade, o nosso mister de Deputados Estaduais!

Valorizemos, portanto, o voto difícil dado em 15 de novembro, a cada um, com este tipo de trabalho, que é um trabalho sério, duro, difícil, mas, glorioso!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA UPI - (Luiz Alberto Oliveira) Concedo a palavra ao eminente Presidente da Assembléia do Estado do Rio de Janeiro, Senhor Deputado Gilberto Castro Rodrigues.

O SR. DEPUTADO GILBERTO CASTRO RODRIGUES -
Eu gostaria de estabelecer a forma pela qual poderíamos estabelecer um debate diante da proposta do querido companheiro Francisco Horta, para que, então, nós pudessemos, ora concordar com o que o companheiro disse, ora discutindo, ou acrescentando coisa nova à idéia genial do nosso querido companheiro, estabelecendo uma forma de discussão do debate propriamente dito, porque não há um regimento para isso.

O SR. PRESIDENTE DA UPI - (Luiz Alberto Oliveira) Nós queremos, eminente Presidente, as palavras do Presidente da Assembléia de Santa Catarina, que traz uma proposta à análise da UPI, e, posteriormente, teremos a possibilidade de colocação por cada representante, por Estado, das suas propostas.

Concedo a palavra ao eminente Presidente da Assembléia de Santa Catarina.

E a Secretaria da Mesa fica à disposição para que algum outro Parlamentar que deseje inscrever-se sobre o assunto. Eu reafirmo o convite ao eminente Presidente Moacyr Bertolli e ao eminente Presidente Vitorino James, e ao Presidente Francisco Horta, para que participem da Mesa Diretora dos Trabalhos.

O SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA DE SANTA CATARINA - (Juarez Furtado) Ao saudarmos os eminentes Deputados, Luiz Alberto

Martins de Oliveira, digníssimo Presidente da UPI, e o Senhor Secretário, Deputado Dilton Lirio, temos o prazer e a honra de saudar a todos que aqui estão. (Passa a ler a seguinte moção).

"MOÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por seu Presidente, abaixo assinado, submete à apreciação do Encontro Nacional de Presidentes de Assembléias Legislativas, promovido pela União Parlamentar Interestadual e marcado para o dia 20 do corrente mês, em Curitiba, a seguinte MOÇÃO:

I - Considerando que as Assembléias Legislativas, assim como seus membros eleitos em 15 de novembro de 1986, detêm legitimidade para co-participar na elaboração da nova Constituição do Brasil;

II - Considerando que, por estar em curso no País um processo de democratização, é primordial que as Casas Legislativas e seus integrantes por serem representativos e caudatários das vontades regionais, tenham participação mais efetiva na feitura da Nova Carta;

III - Considerando que o Poder Legislativo como um todo, a nível das três esferas, deve ser o verdadeiro instrumento das mudanças apregoadas pela Nação, e justamente por isso, não deve alienar-se ou ficar à mercê de outras instituições, cujo caráter corporativo, antecipa-se a ação legislativa em razão de suas peculiaridades, pela formação de "lobbies", cuja influência tendenciosa poderá desvirtuar o novo texto constitucional. É preciso que se esteja atento, sem omissões, para se evitar que a Constituição seja elaborada para grupos e por grupos, em decorrência de seus próprios interesses. A responsabilidade é, também, por extensão, de todas as Assembléias;

IV - Considerando que há necessidade de se apresentar de forma criteriosa e embasada, as questões mais preocupantes para os legisladores estaduais junto à Assembléia Nacional Constituinte, tais como a reforma tributária e administrativa, as prerrogativas das Casas Legislativas e as imunidades dos parlamentares, etc...;

V - Considerando que o estabelecimento de uma Federação de Estados, realmente autônoma, independente e soberana, só pode ser concretizada se refletir as vontades de cada comunidade estadual;

VI - considerando que inúmeras conquistas parlamentares se viabilizaram nos períodos do autoritarismo então vigente, em virtude de uma ação política reconhecidamente incisiva e contundente por parte da UPI;

Resolve propor:

A Constituição de uma Comissão Permanente junto à Assembleia Nacional Constituinte, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do novo texto constitucional, como resultante do acordado entre as Assembleias e a União Parlamentar Interestadual, visando expressar e configurar as peculiaridades sociais, econômicas, culturais e políticas de toda a Nação.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 1987.

Dep. JUAREZ ROGÉRIO FURTADO

Presidente da AL/SC

JUSTIFICATIVA

"Não são, portanto, leis aquelas que a aprovação pública assim não fez".

Senhores Presidentes das Assembleias Legislativas da Federação Brasileira e dignos integrantes da UPI - União Parlamentar Interestadual.

A legitimidade e representatividade que emana de nossos mandatos e emana das Assembleias Legislativas para uma abordagem desta natureza, nos dá a autenticidade de que somos portadores, como projeção interpessoal dos verdadeiros interesses das populações estaduais.

Se contestada no plano legal por alguns, ela certamente receberá o reconhecimento da grande maioria dos nossos representantes, pois, representa uma contribuição a mais não só para a maior dinâmica e reatividade do Poder Legislativo e de seus membros, mas também, porque rompe a letargia a que estiveram submetidos nos últimos vinte anos, em procurando não se deixar envolver ou ser atropelados pelos acontecimentos.

Se a nação, por sua vez, é uma comunidade de comunidades, as Assembleias Estaduais e seus legisladores são os verdadeiros representantes destas comunidades, carentes de uma nova ordem mais adequada as suas realidades.

Senão vejamos:

As Constituições Estaduais dentro da ótica tradicional deveriam limitar-se a fixar as normas fundamentais para atuação dos Poderes, as quais na repartição de competências efetuada pela Constituição Federal, coubessem às unidades estaduais. Todavia, isto na realidade não ocorre, uma vez que a função atribuída à Constituição Estadual vem evoluindo.

Atualmente, o documento básico dos Estados é visto como um mosaico de princípios e normas indicativas e programáticas, determinantes da ação governamental nos vários campos de sua atuação.

No texto constitucional, os Constituintes procuram introduzir alguns valores e os fins da política econômica e social que desejam ver desenvolvidos nos respectivos Estados.

Destarte, afastam-se desta forma, as Constituições Estaduais do modelo clássico, breve, simples, objetivo e restritivo, para conter dispositivos dos mais diversos tipos, certamente mais apropriados à função legislativa.

A inserção dos Constituintes em matérias de lei, não raro traz consequências graves; as Constituições Estaduais tornam-se obsoletas e superadas em pouco espaço de tempo.

Pari-passu, os legisladores estaduais exigem constantes reformas para adequação do texto.

Os debates constitucionais, muitas vezes, versam sobre questões pouco relevantes e o texto constitucional reverte-se de indesejável instabilidade.

Urge, portanto, que os legisladores estaduais se mobilizem através de suas Casas e devidamente integrados à UPI, para uma tomada de posição que subsidiariamente forneça os ingredientes necessários à melhor redação da Carta Maior.

Preventivamente, estar-se-ia evitando desdobramentos inconseqüentes e seqüelas maiores nas Constituições dos Estados, no que tange aos poderes e competências que lhe são destinados pela Constituição Federal.

A amplitude desta ação, embora limitada constitucionalmente pela Lex Fundamental da Federação, redundaria numa radiografia e no conseqüente diagnóstico ao melhor ordenamento jurídico da vida nacional.

Para que tal ocorra, é inalienável e imprescindível que as Assembleias Estaduais tenham efetivo acompanhamento na elaboração da Constituição Brasileira, mediante a co-participação da ANC ou até mesmo em seu Plenário Geral, de uma Comissão Permanente proposta pela UPI, em comum acordo com os legisladores, em busca de recíproca intermediação entre as populações dos Estados e o Congresso Constituinte.

Esta, a nossa proposta objetivando uma Constituição mais brasileira que as anteriores, as quais foram fruto de modelos estrangeiros em concubinato com elites alienadas da realidade nacional no curso de nossa história.

Exposição de Motivos n.001/ALSC, de
20 de fevereiro de 1987.

Excelentíssimo Senhor Presidente da UPI.
Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA

Cumpr-me levar à consideração de Vossa Excelência e aprovação da Assembleia da U.P.I., marcada para o dia 20 deste mês, em Curitiba, com a participação dos Senhores Presidentes das 23 Assembleias Esta-

duais e demais membros de todos os Estados, por convocação, o incluso "Projeto de tomada de posição dos Legislativos Estaduais diante do papel dos constituintes e da elaboração das Constituições Federal e dos Estados".

Como sabemos, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República - Dr. José Sarney, instituiu, através do Decreto n.91.450, de 18 de julho de 1985, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, composta de cinquenta (50) membros, de livre escolha do Chefe do Executivo, para colaboração aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que veio a ser convocada pela Emenda Constitucional n.26, de 27 de novembro de 1985, estando hoje em pleno funcionamento.

A Comissão, presidida pelo jurista, hoje senador Afonso Arinos de Melo Franco, entregou ao Presidente da República, em 18 de setembro de 1986, o anteprojeto Constitucional, resultado de inúmeras sugestões e reuniões de debates.

Louvido por alguns e criticado por outros, principalmente pelo detalhismo e por sua extensão - quatrocentos e sessenta e oito (468) artigos, enquanto a atual contempla 216 e vinte e sete emendas, o Anteprojeto Constitucional constitui-se num valioso subsídio que merece, somado a outras contribuições, o estudo por parte dos legisladores Estaduais no afã de fortalecer e contribuir para com a tarefa dos Constituintes.

Considerando, ainda, que todos os brasileiros, todas as instituições representativas da sociedade, públicas ou privadas, devem colaborar com os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte para que se obtenha ampla representatividade nacional e, conseqüentemente, tenhamos, ao final, uma Constituição efetivamente brasileira, que expresse a independência de um povo, a soberania de um Estado e a plena democracia, é que propomos o incluso projeto de tomada de posição dos Legislativos Estaduais.

A consideração da U.P.I.

Deputado JUAREZ FURTADO
Presidente Assembléia Legislativa
de Santa Catarina

**TOMADA DE POSIÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DOS
LEGISLATIVOS ESTADUAIS À
ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE
INSTALADA NO DIA 1.º DE FEVEREIRO DE 1987**

Assembléia Legislativa de Santa Catarina
Fevereiro-1987.

I N D I C E

1 - INTRODUÇÃO	Pág. 01
1.1. Considerações Gerais	01

1.2. Justificativas.....	02
1.3. Objetivos.....	03
1.4. Operacionalização.....	03
2 -ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	04
3 -RECURSOS	04
3.1. Humanos	04
3.2. Financeiros	04
3.3. Materiais	04
4 -EXECUÇÃO	05
5- CONCLUSÃO	05
6- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	06

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.

Desde a Monarquia, até hoje, sete Constituições regeram o Brasil. A primeira monárquica, de inspiração francesa durou de 1824 a 1889. A segunda que fez brotar a república liberal, de influência americana, vigorou a partir de 1891, até a elaboração da terceira Carta. redigida sob o impacto do primeiro após-guerra, teve vida curta - de 1934 a 1937. A quarta, de 1937 a 1945, trouxe o Estado Novo e, com ele, a ditadura Vargas. A quinta de 1946 a 1967, banuiu o vírus ditatorial e foi a de maior eloquência democrática. A sexta, de 1967 a 1969, reeditou a ditadura de 1937, principalmente pelos dolorosos tempos dos Atos Institucionais e Atos Complementares. A sétima, de 1969, Emenda para uns, apenas exauriu-se ante o peso das emendas que, aos borbotões, lhe foram introduzidas.

Não existiu, durante a vigência dessas Constituições, plena realização social e política do Brasil. Ao contrário, crises freqüentes foram a tônica.

Nesta hora, de pleno funcionamento do Congresso Nacional Constituinte, é necessário que os Legislativos Estaduais contribuam para uma Carta política consentânea com as necessidades brasileiras.

1.2. JUSTIFICATIVAS

Uma tomada de posição dos Legislativos Estaduais diante do papel dos Constituintes e da elaboração das Constituições Federal e dos Estados será um passo importante na elaboração de uma nova Carta, que deve ser, da melhor maneira possível, a indicação clara daquilo que o povo brasileiro deseja.

Para tanto, ao se pensar na elaboração de uma Constituição deve-se, antes de tudo, fazer o retrato do País, para tentar, posteriormente, reproduzir, da forma mais

fidedigna, este retrato em termos de instituições e de forma de governo.

É chegado o momento dos Legislativos Estaduais darem suas contribuições positivas e valiosas, de pensar em sobre o que se quer para a nova ordem jurídica nacional.

1.3. OBJETIVOS

GERAL

Definir a posição dos Legislativos Estaduais diante da tarefa dos Constituintes e da elaboração das Constituições Federal e dos Estados.

ESPECÍFICO

Analisar as contribuições e temas constitucionais oriundos da classe política estadual destinados à elaboração do novo ordenamento jurídico brasileiro.

1.4. OPERACIONALIZAÇÃO

Os Parlamentares Estaduais deverão reunir-se mensalmente, sob a convocação da UPI e em local por esta designado (conforme cronograma anexo).

2. ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

1. União Parlamentar Interestadual
2. Assembléias Legislativas dos Estados.

3. RECURSOS

3.1. RECURSOS HUMANOS

1. Dirigentes da UPI
2. Presidentes das Assembléias Legislativas
3. Deputados Estaduais.

3.2. RECURSOS FINANCEIROS

O funcionamento das reuniões mensais serão proporcionadas pela UPI.

O deslocamento e alojamento dos participantes estaduais serão da alçada de cada Assembléia Legislativa.

3.3. RECURSOS MATERIAIS

Serão utilizados os recursos materiais já existentes na UPI e nas Assembléias Legislativas que funcionarem como local para as reuniões.

4. EXECUÇÃO

A execução do presente projeto ficará a

cargo da União Parlamentar Interestadual, que deverá elaborar um Regimento Interno ou cronograma de trabalho.

5. CONCLUSÃO

Com a execução deste projeto a classe política estadual se fará presente para o reordenamento jurídico do Brasil e estará contribuindo para a liberação político-econômica do povo brasileiro. É o momento de se fazer reconstrução e o principal meio de participação são os Legislativos Estaduais que não podem estar de costas voltadas para a sociedade ou fechados em si mesmos.

Ao lado disto é fundamental que haja a valorização dos legislativos estaduais, a valorização do Congresso Nacional Constituinte, para que o Parlamento tenha condições de demonstrar que é eficaz e eficiente e resulte daí a verdadeira Constituição Brasileira.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DIAS/MESES!	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul!
! 20/21	! AL/PR					!
! 27/28		! AL/RS				!
! 24/25			! AL/SC			!
! 29/30				! AL/SP		!
! 26/27					! AL/RJ	!
! 24/25						! AL/MG!

Damos um cronograma de execução, (cronograma anexo) fazemos datas e locais naturalmente simbólicos; a UPI e seus membros naturalmente farão uma nova análise. Sugere-se que as outras reuniões que forem marcadas, por exemplo, a que foi marcada hoje de manhã, sejam também coincidentes nestas datas, para fazermos um trabalho de seqüência; hoje um trabalho nesse sentido, e amanhã noutro. Então, são sugestões de datas e meses, e temos um ano aí pela frente, nem isso mais, para realmente ajudarmos a fazer a Carta Maior.

(Lê):

"O Plenário Geral Constituinte.

Acompanhamento de elaboração da
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA- 1987.

Contribuição da
Assembléia Legislativa
de Santa Catarina.
Florianópolis, fevereiro de 1987".

PLENÁRIO GERAL CONSTITUINTE

Acompanhamento da elaboração da
Constituição Brasileira-1987.

SUMÁRIO

Introdução
A temática constitucional
Os conteúdos constitucionais importantes
559 x 135 milhões
É preciso estar próximo às decisões
Acompanhamento e participação
Efeitos sobre o futuro individual e coletivo
O Plenário Constituinte 1987 das AALL
- Fórum de Debates
- Intermediação.

1. A TEMÁTICA CONSTITUCIONAL

A temática da Constituição Brasileira 1987 estará próxima dos títulos que podem ser lidos a seguir:

(1) Direitos, garantias e salvaguardas individuais, da sociedade civil e das instituições democráticas.

(2) Organização do Estado Brasileiro.

(3) organização dos Poderes do Estado Brasileiro.

(4) Princípios fundamentais da organização do Município Brasileiro.

(5) Tributação e repartição das receitas públicas de toda natureza entre as diferentes esferas de Poder. Orçamentos públicos. Fiscalização financeira, orçamentária e programática.

(6) Ordem econômica. Direitos e deveres econômicos.

(7) Ordem social. Direitos e deveres culturais.

(8) Ordem cultural. Família. Ciência, pesquisa e desenvolvimento, tecnologia, educação, cultura e comunicações sociais.

(9) Ordem ecológica. Relações humano-ambientais. Saúde, estado de emergência econômica.

(10) Reformas fundamentais explicitadoras através de disposições gerais e transitórias.

2. OS CONTEÚDOS CONSTITUCIONAIS IMPORTANTES

Todos os conteúdos constitucionais são em si e por si importantes. Para os Estados, suposta a Federação como forma de organização do Estado Brasileiro, o conceito de Federação é relevante. O conteúdo do conceito vai designar a extensão e a intensidade dos poderes do Estado Federado. Atualmente, o Estado-Membro é por inteiro dependente da União.

Um conceito renovado para Federação poderia, por exemplo, assinalar:

1)- O Estado criado pela sinergia dos Estados-Membros, sendo federal, é soberano e com personalidade internacional.

2)- Os Estados-membros reservam, e por isso preservam e conservam esferas de poder terminal e insuperável para o exercício no interior dos respectivos territórios.

3)- Os Estados-membros disporão dos bens que hoje são atribuídos à União e de competência legislativa ampla, cabendo ao Estado Federal matéria como Forças Armadas; moeda; serviço postal; produção e comercialização de material bélico; anistia; nacionalidade, cidadania e naturalização; imigração; estrangeiros; organização administrativa da Capital Federal e tributos de sua competência.

Para acompanhar os conteúdos é preciso atenção permanente e vigilância.

3. 559 x 135 MILHÕES

135 milhões de habitantes por 69,3 de eleitores se representam por 559 Deputados e Senadores à Assembléia Nacional Constituinte. O interesse amplo pelo desfecho da Constituinte criou expectativas saudáveis no seio da população. Estas expectativas precisam ser estimuladas e correspondidas.

4. É PRECISO ESTAR PRÓXIMO ÀS DECISÕES

A forma mais expedita de vinculação do cidadão à temática constitucional e ao respectivo conteúdo seria o estar em Brasília e no Congresso Nacional. Tal não é possível. Impõem-se, pois, descobrir e aplicar caminhos que aproximam a cidadania da Decisão. (*)

(*) - Não podemos, e discordo aqui, deixar só o Presidente em Brasília. Há que se ter uma ação de todos, e, aí sim, estarmos todos em Brasília. Pode ser por intermédio da Presidência, pode ser por intermédio de uma Comissão, mas, temos que estar todos em Brasília, permanentemente.

5. ACOMPANHAMENTO E PARTICIPAÇÃO

Para garantir o acompanhamento e a participação, o caminho que se sugere é o de NÚCLEOS MUNICIPAIS de acompanhamento e Participação Constitucional, entre si articulados por meio de um PLENÁRIO GERAL CONSTITUINTE a funcionar na Capital de cada Estado.

6. EFEITOS SOBRE O FUTURO INDIVIDUAL E COLETIVO.

Em 10 meses ou menos estará promulgada Nova Constituição Brasileira. Espera-se que seja o documento definitivo da Nacio-

nalidade. Será tanto mais quanto nele mais estejam as esperanças e as verdades individuais e coletivas.

Agora é o momento da articulação para a proposta adequada e o acompanhamento oportuno. Achar a articulação ou procrastinar a demanda equivale a perder o passaporte da história. A Constituição está sendo escrita agora. Impõe-se pôr nela a marca e o sinal do tempo e da aspiração coletiva. Agora!

7. PLENÁRIO GERAL CONSTITUINTE.

A sugestão é para que as AALL, próximas que estão dos povos dos vinte e três Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dos 4.130 Municípios, instalam cada uma, no âmbito do respectivo território e para a população que nele habita, um

PLENÁRIO GERAL CONSTITUINTE
com duplo objetivo:

1) - Constituir-se em fórum de debate dos temas e conteúdos constitucionais,

2) exercer plenamente e recíproca intermediação entre a população e o Congresso Constituinte, em Brasília.

E, para acompanhar a elaboração da Constituição Brasileira, fizemos também um organograma, - claro que baseado nos cento e noventa e nove municípios de nosso Estado, e nas suas vinte e três regiões de nosso Estado, assim distribuídos:

(Organograma anexo)

SANTA CATARINA

Pedagogia Constitucional para
a Nova Constituição Estadual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PLENÁRIO PEDAGÓGICO CONSTITUCIONAL

23

NÚCLEOS PEDAGÓGICOS CONSTITUCIONAIS REGIONAIS

199

NÚCLEOS PEDAGÓGICOS CONSTITUCIONAIS MUNICIPAIS

SANTA CATARINA

ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA - 1987.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

23

NÚCLEOS REGIONAIS DE ACOMPANHAMENTO E PARTICIPAÇÃO CONSTITUCIONAL

199

NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ACOMPANHAMENTO E PARTICIPAÇÃO CONSTITUCIONAL

PEDAGOGIA CONSTITUCIONAL

Proposta para um exercício democrático de elaboração de Constituição de Estado-Membro da Federação Brasileira.

Contribuição da Assembléia Legislativa
de Santa Catarina.

Florianópolis, fevereiro de 1987.

SUMÁRIO

Introdução
Assembléia Estadual Constituinte ou
Assembléia Ordinária com
poderes constituintes?
Adaptação ou nova linguagem?
Em segredo ou aberta a todos?
Pedagogia Constitucional como concretizar?
Quando começar?

INTRODUÇÃO

Para a elaboração da futura Constituição Estadual imagina-se que cada Assembléia Legislativa disponha de um instru-

mento de interação sociedade-representação. O instrumento está sendo designado por pedagogia constitucional. A pedagogia constitucional descobre, aborda, dissecar, inclui e situa no texto da Constituição a matéria que nela deva estar, com a redação (conteúdo) escolhida pela sociedade.

Como exercício, nasce da base municipal, se articula a nível microrregional e ganha dimensão estadual no Plenário Pedagógico Constitucional da Assembléia Legislativa.

Florianópolis, fevereiro de 1987.

1. Assembléia Estadual Constituinte ou Assembléia Ordinária com poderes Constituintes?

A Constituição que vier a ser adotada para o País vai importar em que se elaborem novas Constituições para os Estados brasileiros. Dois conceitos podem surgir, declinados pela Constituição Nacional:

(1.º) As Assembléias Estaduais em funcionamento dar-se-á poder para formular e promulgar a Constituição dos respectivos Estados.

(2.º) A cidadania será chamada a eleger Delegados Constituintes para o propósito específico da elaboração constitucional.

O caminho ideal seria o segundo. É pouco provável, contudo, que seja o escolhido. Por ele valeria a pena lutar, no entanto. A idéia fica aqui colocada.

2. Adaptação ou nova linguagem?

Um conceito brasileiro para Federação deverá emergir e balisar a Constituição Nacional de 1987. Este conceito deverá significar a soberania interna dos Estados-Membros. Dentro desse pressuposto, as futuras Constituições Estaduais estarão além de simples transcrição adaptadas dos conteúdos da Carta Principal. As sociedades estaduais poderão desenhar projetos e cons conceitos constitucionais do respectivo futuro a construir.

3. Em segredo ou aberta a todos?

Quem se lembra de como no passado se adotaram as Constituições Estaduais? Mesmo a mais recente adaptação, como ocorreu? Que notícias circularam? Como as Assembléias difundiram mensagens pertinentes aos seus trabalhos e como receberam as da cidadania? Que tipo de intercâmbio houve entre as Assembléias dos Estados Brasilei-

ros? Agora como vai ser? Aberta? Ou em segredo?

4. Pedagogia Constitucional

A sociedade quer participar. E tem direito a estar ao lado da representação no momento crucial da vida coletiva que é o momento constitucional. A sabedoria da sociedade faz os representantes e deve poder participar ativamente da definição da temática e dos conteúdos da futura Constituição Estadual.

Para aproximar a cidadania da representação impõe-se uma pedagogia, talvez desbravadora dos impedimentos que as afastam. A pedagogia que se imagina é aquela que aborda e dissecar as matérias, as situa no texto constitucional, e nele as inclui, de modo coletivo: representação e cidadania descobrem o objetivo e o vestem em sinérgica convergência.

5. Como concretizar a pedagogia constitucional?

A seguir, dá-se os passos propostos:

(1.º) Chamamento à sociedade pela Assembléia Legislativa para a tarefa constitucional.

(2.º) Identificação de formas possíveis de interação sociedade X representação.

(3.º) Constituição de Núcleos Pedagógicos Constitucionais, um em cada município.

(4.º) - Articulação dos Núcleos Municipais em Núcleos Regionais Pedagógicos.

(5.º) - Criação do Plenário Pedagógico Constitucional em cada Assembléia Legislativa, associando os Núcleos Regionais/Municipais.

Imagina-se que a organização da sociedade para acompanhar a elaboração da Constituição Brasileira de 1987 (Plenário Geral Constituinte) seja utilizada no curso e ao longo de todo o exercício pedagógico.

A tarefa constitucional poderia ser delegada, eventualmente, às universidades em funcionamento em cada Estado, mediante termos de ajuste apropriados.

6. Quando começar o exercício da pedagogia constitucional?

Imediatamente, é a proposta.

Não há tempo a perder para o processo de interação.

Sociedade-representação com vistas à elaboração da nova Constituição Estadual".

E por isso, também damos um cronograma que a Assembléia Legislativa, naturalmente no seu todo, no seu pedestal, na sua dignidade, porque ela não perdeu a sua dignidade; nós não temos que refazer a credibilidade do Poder Legislativo. Somos nós que

fazemos maior ou menor o Poder Legislativo; é o funcionário humilde ao mais graduado, somos partícipes das Assembléias Legislativas, do Congresso Nacional, das Câmaras Municipais, das Prefeituras. Os exemplos que nos darão a dignidade maior ou menor. O Poder está no seu pedestal sempre. Nós temos que partir para uma ação coordenada, conjunta, permanente, consentânea com a realidade de imediato e, conseqüentemente, vamos resgatar a credibilidade, a dignidade daqueles que se assentam nos Poderes, seja Legislativo Municipal, Estadual e Federal. E depois o Plenário pedagógico constitucional, também dentro do espírito, no nosso caso de vinte e três regiões e os núcleos pedagógicos constitucionais-regionais, vinte e três, no nosso caso, e nos cento e noventa e nove municípios, os núcleos pedagógicos zonais-municipais.

Eram estas as nossas contribuições para debate no plenário e esperamos ter contribuído. Digo mais, queremos estar na UPI. Não viemos à UPI; não voltaremos a reuniões de UPI para não trabalhar. Temos que dignificar o Poder Legislativo e só com o trabalho, só com exemplos, é que vamos dignificá-lo. Vamos continuar com o trabalho da UPI, mas vamos aumentar mais, vamos participar mais. Não vamos passear nunca. Trabalhar muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Alberto Oliveira)

- Com os cumprimentos pelo trabalho de fôlego do Presidente da Assembléia de Santa Catarina, concedo a palavra ao eminente Presidente da Seccional Sudeste, Deputado Hélio Rosa.

O Sr. Presidente da Seccional Sudeste (Hélio Rosa) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não nos foi possível tomar conhecimento do inteiro teor da tese apresentada pelo sempre Deputado Francisco Horta, mas pela sua inegável competência, pela invulgar dedicação com que ele se lança aos trabalhos que realiza, não temos dúvida alguma que é um trabalho valioso, um trabalho muito importante.

Esta mesma linha de consideração se aplica ao trabalho do deputado Juarez Furtado, ilustre Presidente da Assembléia de Santa Catarina.

Não tenho dúvida que são trabalhos de fôlego, de importância, que no seu bojo trarão várias partes polêmicas que demandariam uma disposição que, de maneira alguma, seria esgotada no tempo que dispomos neste encontro, nem hoje e nem - que nos dedicássemos amanhã ao debate da matéria.

Inspirado pelo trabalho destes dois ilustres Deputados, tive uma idéia que me

permite trazer aqui ao Plenário. Idéia simples, mas que pode ser prática e objetiva.

Não resta dúvida que a razão que impulsionou os dois Deputados a este trabalho é importantíssima. A Nova Constituição expressará a vontade da população brasileira; será a expressão daquilo que pensa a Nação, que é o que todos procuramos e esperamos, na medida em que seja maior a participação dos Deputados Estaduais. Para cada cidadão que o deputado Federal recebe para ouvir, o Deputado Estadual recebe mil. Então é ele, muito mais do que o Deputado Federal, que tem a informação daquilo que realmente pensa e deseja a Nação brasileira.

Está em discussão na Assembléia Nacional Constituinte uma proposta para que cada trinta mil assinaturas seja permitida a apresentação de uma norma que tramitará na Assembléia Nacional Constituinte como se originária fosse da Constituinte. Esta norma está sendo aperfeiçoada, pelo que se lê na imprensa, pelo redator do Regimento Interno, Senador Fernando Henrique Cardoso, que acrescentou a necessidade de que essas trinta mil assinaturas sejam respaldadas por três entidades, e no meu ponto de vista, mesmo com esta medida acauteladora, ainda deixa muito a desejar a importância dessa medida.

Nós sabemos que trinta mil assinaturas pega-se aí por uma proposta que seja até contrária aos interesses da Nação brasileira, com a maior facilidade. Eu não tenho dúvida que uma pessoa com relativa capacidade de convencimento, também encontre neste Brasil três entidades para subscrever essas trinta mil assinaturas, para que se tramite na Assembléia Nacional Constituinte uma matéria que pode até ser lesiva aos interesses da Nação. Então, a idéia, porque não permitir que as Assembléias Estaduais apresentem as propostas também, para tramitarem na Assembléia Nacional Constituinte, que seja limitado; que cada Assembléia do Brasil possa apresentar duas propostas discutidas na Assembléia e encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte. Tenho a impressão que daí se advirá uma grande contribuição, uma contribuição real das Assembléias Estaduais que apresentarão, sem margem de dúvidas, propostas calcadas naquilo que sente a Nação brasileira.

Agora, tem um inconveniente, tem uma dificuldade; o Regimento Interno tinha que prever essa hipótese, e este está em fase final de elaboração. Então se fosse acolhida, se houvesse um entendimento na conveniência, na oportunidade de uma proposta dessa, o que tinha que ser feito era o seguinte: que a União Parlamentar Interestadual entrasse em entendimento agora, hoje,

com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte ou com o Relator do Regimento Interno, Fernando Henrique Cardoso, para informar-lhe que com a presença da quase totalidade dos Presidentes de Assembléias de todo o Brasil, a UPI tinha acolhido essa sugestão e encaminhava para que fosse examinada a possibilidade de um tempo para ser incluído no Regimento Interno, porque só com a inclusão no Regimento Interno é que seria possível que as Assembléias Legislativas pudessem participar do processo dessa maneira. Então, é essa a sugestão; eu sei que é simples, mas acredito que seja alguma coisa prática que eu entrego à consideração dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (José Jabur) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece-me que a esta altura dos acontecimentos, nós, já Deputados às Assembléias Legislativas dos Estados de nosso País, chegamos a um denominador comum e estamos diante de um farto material para se expor a nossa sociedade, porque o Brasil ante os últimos acontecimentos que, mancharam a nossa vida institucional e por durante vinte anos a nossa vida política ficou de maneira, infelizmente, trancada para o povo e acima de tudo para a liberdade dos pensamentos, mas Senhores Presidentes e Senhores Deputados, Presidentes de Assembléias Legislativas, a função da Assembléia Legislativa nesse período constitucional que estamos atravessando, realmente é de muito compromisso e de maior responsabilidade ainda, para todos nós. Porque, se a nossa responsabilidade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é a responsabilidade de nos limitarmos à adaptação da Carta Estadual à Carta Magna, nós, brevemente, quando assim for promulgada a Constituição Federal, estaríamos e estaremos restritos a um trabalho condicionado pela Constituição Federal.

O nosso trabalho seria limitado pela Constituição Federal, e nós teríamos o único objetivo, o único fator, o único trabalho de fazer somente essa tramitação. Mas, neste período, vamos principiá-lo, de hoje, até a elaboração da Constituição pelo Congresso Nacional, pois, realmente nós, participantes das Assembléias Legislativas, não poderemos, de forma alguma, ficarmos de braços cruzados; não podemos, de maneira alguma, ficarmos à margem do processo, na expectativa de que os nossos irmãos, Legisladores Federais, tenham somente a iniciativa, ficando para nós, apenas restrito o papel da adaptação à Carta Estadual.

Nós, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, já em 1986, preocupados com a Constituição Federal, fizemos

realizar diversos Simpósios, com a finalidade do esclarecimento e da contribuição do Deputado à Constituição Federal.

Posteriormente, criamos também, em Minas Gerais, o Centro Legislativo, Centro esse para receber sugestões, comunicações, e até interpretações de cidadãos que virão até ao Centro para trazer as suas manifestações. E, aquelas realmente aproveitáveis, serão traduzidas para levarmos ao Congresso Nacional.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, há poucos dias, tomamos a iniciativa que queremos trazer ao conhecimento dos nossos Presidentes. Fizemos um telex ao Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, também ao relator do Congresso Nacional, na área Constitucional, Senador Fernando Henrique, solicitando-lhe que fosse incluído no Regimento Interno, para inauguração da Constituição, que as Assembléias Legislativas de cada Estado tivessem a autoridade, tivessem a condição de implantar, de elaborar uma norma também na Constituição, isso de forma definitiva e, inclusive, aproveitar e apresentar emendas à própria Constituição.

Seria, assim, um trabalho direto do Legislador do Estado para que ele tenha também aquela influência necessária na Constituição, porque, na realidade, como foi dito hoje, nesta Casa, que o "homem que está inteirado dos problemas sociais do nosso País, realmente é o Legislador Estadual". É este que está diariamente em contato com o povo, sofrendo as consequências desse mesmo povo! Então, ele tem condição de traduzir este sentimento maior, para nós elaborarmos uma Constituição, de tal forma que ela perdure por muitos e muitos anos em nosso País. Mas, que esta Constituição seja, acima de tudo a reivindicação maior do nosso povo e que ela traduza o sentimento da nossa gente!

Desta forma, eu já fiz chegar ao Deputado Ulysses Guimarães e ao Senador Fernando Henrique Cardoso, pedindo a eles que possa ser incluído, como norma explícita, na Carta Magna, no seu Regimento, a elaboração e o papel efetivo do Deputado Estadual, marcando de uma vez, a presença das Assembléias para que possamos conseguir assim um desenlace maior e efetivo para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Alberto Oliveira)
Concedo a palavra ao líder partidário, Deputado Gilson, de Santa Catarina.

O Deputado Otávio Gilson dos Santos - Senhor Presidente, Senhores componentes da Mesa, Senhores Presidentes de Assembléias Legislativas, aqui presentes, Se-

nhores Deputados. Eu serei muito rápido.

Depois dos trabalhos apresentados pelo eminente Deputado Francisco Horta e pelo Presidente da Assembléia Legislativa do meu Estado, a respeito da participação das Assembléias Estaduais no processo que culminará com a Nova Carta Brasileira, eu gostaria de, rapidamente, fazer algumas proposições que, deste Encontro, Senhor Presidente, saísse imediatamente um documento narrando exatamente o que está acontecendo nesta Assembléia Legislativa do Paraná, em que caracterizaríamos, com muita firmeza a necessidade e até a obrigação das Assembléias Estaduais de todo o País de participarem do processo da Nova Carta Constitucional.

Isso poderia ser feito, Senhor Presidente, no momento, através de um telex dirigido ao Presidente da Constituinte ao seu Relator e aos líderes partidários, com assento no Congresso Nacional.

E particularizo também, a colocação aqui feita pelo eminente Deputado Hélio Rosa, em que a Constituinte, na formação do Regimento já aceitou propostas que fossem assinadas por trinta mil pessoas e que tivessem o respaldo de algumas entidades devidamente constituídas, neste País, que serão analisadas pela Constituição e pelos Constituintes. E, por que não as Assembléias Estaduais sejam os portadores, exatamente destas propostas dos mais diversos agrupamentos? Por que nós entendemos que Assembléias de todo País, cujos Deputados têm uma votação significativa, muitos até com muito mais de trinta mil votos, porque nós que evidentemente passamos por um processo político de 15 de novembro, das eleições, logo após as eleições tivemos o recesso parlamentar e que, evidentemente tivemos problemas na formação de propostas concretas, não aproveitarmos, juntamente com estas associações, com estes agrupamentos, burilarmos estas respectivas propostas e encaminharmos à Constituinte?

A verdade, Senhor Presidente, é que nós seremos um Poder decorrente, e a realidade nua e crua é que nós seremos completamente dependentes se não agirmos imediatamente. E eu culminaria a minha proposta numa proposição no sentido de que fosse feito um trabalho, com rapidez, evidentemente e que os vinte e três Estados, e os Presidentes de Assembléias Legislativas deste País capitaneados pela Diretoria da UPI entregassem, em mãos, no Congresso Nacional, sob pena, Senhor Presidente, Senhores Deputados, prezados companheiros, de sermos meramente executores daquilo que terá a Carta Constitucional. Eram estas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, as minhas considerações porque entendo que ninguém, ninguém mesmo tem mais autoridade para pedir modificações neste País do

que os Deputados Estaduais. E é evidente que eu estou incluindo todos aqueles que têm representação política menor do que a nossa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Alberto Oliveira)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Castro Rodrigues, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Gilberto Castro Rodrigues) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Creio que já se esgotou de certa forma a idéia de que precisamos nos representar junto à Constituinte. Existem meios e modos dos mais variados, e eu acrescentaria agora que as nossas bancadas federais, aqueles Deputados Federais que nós trabalhamos, que ajudamos a eleger que também tenham uma responsabilidade junto a nós no sentido de também levar as nossas reivindicações para que sejam estudadas na Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, o que me parece oportuno discutir aqui, neste momento, é qual será a situação das Assembléias Legislativas dos Estados, e aqui o representante de Minas abordou muito bem: seremos nós meramente aqueles legisladores comuns que vamos só adaptar as nossas Constituições feitas de baixo de regimes autoritários como foi a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, onde a cada artigo que se elaborava teria que ser levado ao Senhor Armando Falcão para saber se poderia ser aprovado ou não, no dia seguinte. É quanto a isso que devemos, aqui me parece, data vênua, as inúmeras sugestões de como chegarmos à Constituinte. Nós precisamos saber primeiro o que que vamos fazer chegar à Constituinte. Isto me parece o mais importante porque temos um desafio pela frente. Não podemos admitir que continuemos meramente como adaptadores da nova Constituição Federal as nossas Constituições Estaduais porque elas já estão ultrapassadas, porque elas foram vítimas desse período arbitrário que fez com que as Assembléias fizessem emendas que realmente não correspondem ao anseio da nossa população.

Nós temos ainda uma discussão levantada aqui pelo meu ilustre companheiro do Estado do Rio de Janeiro que aqui brilhantemente defendeu a sua tese de que nós já somos Constituintes porque fomos eleitos, o povo quando nos deu o voto estava achando que estava dando voto para sermos também constituinte estadual. Acho que não. Eu acho que nós somos para emendar a Constituição; temos a competência total.

O que nós não temos competência é para fazer uma nova Constituição. E como já estamos aí com uma Constituinte que me parece ilegítima porque ela não veio no bojo de uma ruptura e sim de um acordo político, nós temos necessidade de uma autorização dos atuais Constituintes em Brasília, para que nós, que somos legisladores comuns, e que só podemos emendar a Constituição com o quorum de dois terços, passemos, através de um artigo nas disposições transitórias e que lá fique claro que a partir da elaboração da Constituição Federal nós nos transformaremos em Constituintes Estaduais para aí sim, através do nosso trabalho e com a nossa iniciativa, possamos dar aos nossos respectivos Estados, as Constituições que eles merecem.

Agora, parece-me que é mais importante ainda aqui tratar e discutir o sentimento de independência constitucional que deve presidir a todos nós na elaboração desta atual Constituição Federal. Fazemos parte de uma Federação; não podemos admitir mais que toda a Constituição Estadual tenha por parâmetro a Constituição Federal. Há casos em que a Constituição Federal deve tratar de assunto com exclusividade. Mas, parece-me que há questões muito importantes, em matéria constitucional, que deveriam ficar ao arbítrio do Deputado Estadual, das Assembléias Estaduais. Poderia citar, como exemplo, o caso da Segurança Pública. O problema de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, no Estado de São Paulo, não será o mesmo problema no Estado de Roraima ou no Acre. O problema do solo urbano...

Enfim, temos uma gama interminável de problemas de casos importantes e que não podemos ficar dependentes de uma legislação genérica que vai atender do Amazonas ao Rio Grande do Sul quando isto aqui, além de ser um País é um continente com características próprias. Só nós, cada um nos respectivos Estados, teremos a sensibilidade necessária para que possamos colocar em nossas leis, em nossas Constituições, aqueles artigos que vão ao encontro ao interesse, ao desejo, ao sentimento à cultura de nosso povo.

Não podemos admitir que uma Legislação Florestal, lá do Amazonas, seja a mesma da Floresta da Tijuca. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Isto, me parece, é o mais importante.

Precisamos, mais do que nunca, discutir aqui se queremos mudar o nosso regime. Precisamos, Senhor Presidente, saber se as Assembléias Legislativas desejam acabar com o Presidencialismo e voltarmos, tentarmos voltar, através do pensamento tranquilo, sereno, ao Parlamentarismo. Este, ao meu juízo, há de ser o início de uma redenção política para o Brasil. Vamos

fortalecer os partidos, vamos fortalecer os políticos, vamos acabar com a corrupção eleitoral através do Parlamentarismo. Porque é por aí, sem se votar em nomes e sim em partidos, é que vamos acabar com as malas, com estes homens que levam o "lobby" através do gasto de fortunas incalculáveis, para representar, não com legitimidade, mas sim, através da compra do voto, regiões para através do seu voto na Constituinte, não representar os anseios verdadeiros do nosso povo.

O Parlamentarismo vai ser o assunto que esta Assembléia deve discutir, Senhor Presidente, para que aí, sim, tenhamos, quando formos levar os assuntos pertinentes aos nossos interesses, o conhecimento de saber se é comum a todas as Assembléias e interesse da criação do Parlamentarismo; se precisamos dele, se é através dele que vamos ter a valorização do homem público, por que vamos acabar com a votação nominal. O candidato será então, o PFL, o PMDB, o PT, o PTB e o eleitor não vai votar na pessoa e sim no partido. Aí sim, é que teremos que valorizar o nosso partido, é através daí que vai ser feita a valorização.

Esta discussão pode ficar para o momento que vamos decidir por maioria quais são os reais desejos, os reais interesses das Assembléias Legislativas.

Por isto, Senhor Presidente, parece-me que devemos fazer o debate e, a meu ver, Manaus será o lugar ideal para isto; e levaremos uma pauta de quais os assuntos que são concernentes, por exemplo, à ampliação de competência constitucional das Assembléias Legislativas. Até onde devemos ir. Será que o Governo Federal ficaria satisfeito em só tratar da parte das Forças Armadas, do Imposto de Renda, e deixar o resto para nós? Deixar para os Estados a resolução dos problemas? Que a reforma tributária contribua para o engrandecimento do município, do Estado e não seja carregada para o Poder Central, e ali fazermos obras faraônicas, criando uma despesa que todos nós depois vamos ter que pagar. Acho que nós devemos, e a minha proposta é neste sentido, no sentido de que, vamos discutir aquilo que vai interessar levar à Constituinte; a maneira não importa, cada um terá um meio e um modo eficiente, e aqui temos um companheiro, o Deputado Federal, ele será o nosso porta-voz, que poderá encaminhar todas essas nossas sugestões. Mas é preciso que haja uma discussão interna, aqui dentro, e dessa discussão haja uma votação e aí, por consenso ou por maioria, vamos decidir quais são as questões mais importantes que devemos levar à Constituinte, na medida em que precisamos fortalecer, não só o problema da prerrogativa do Deputado, não só a prerrogativa

propriamente do Poder Legislativo, mas o que nós podemos avançar em matéria Constitucional. Eu fui Relator da Constituição de 1975, que criou o novo Estado do Rio de Janeiro, ao lado do querido companheiro Vitorino James, que também participava da grande Comissão Constitucional. Nós temos alguma experiência, mas vivemos ali acorrentados ao parâmetro; praticamente, é fazer uma Constituição olhando para uma outra Constituição. Não se pode mudar nem a vírgula, Senhores Deputados! Isto tem que acabar, isto não pode continuar, e pior do que tudo é este anteprojeto, famigerado anteprojeto de autoria de alguns ilustres juristas, como o eminente Afonso Arinos, mas que não reflete os anseios reais da população. Eu acredito muito mais num artigo elaborado por um Deputado que não tem as luzes da competência, da cultura de Afonso Arinos, mas que tem a vivência, a experiência diária no contato com o povo, este sim, é que é o legítimo representante do povo e não um anteprojeto eletista, fabricado em gabinetes refrigerados, servindo de modelo para uma Constituição que há de ser e todos nós vamos rezar para ser a grande Constituição que há de reger para sempre os destinos do nosso Brasil. Vamos também levar este assunto; vamos repudiar este anteprojeto, vamos exigir que este seja rasgado, porque uma Constituição só é bem feita se começar do zero; que cada Deputado tenha condições de colocar, de contribuir com a sua competência, com a sua vivência, com a sua experiência para que, através de uma grande comissão, dividida em subcomissões, possamos tratar capítulo por capítulo da Constituição, e aí levarmos tudo isso para essa grande Comissão e lá elaborar uma Constituição que sirva, para emenda de todos os Deputados. Eu tenho certeza que aí, nós teremos uma Constituição autêntica, legítima, que reflita realmente os interesses de todo o povo, de cada Estado, que temos a honra de representar.

Agradeço, Senhor Presidente, a oportunidade que me foi oferecida e tenho certeza que, se nós fizermos um elenco dessas questões, dessas reivindicações e se esse elenco estiver na pauta e aí sim, discutirmos a necessidade de aprovarmos, teremos dado um passo muito grande para conseguirmos dar uma contribuição eficaz, eficiente inteligente, para que os nossos representantes em Brasília possam produzir uma grande Constituição Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA DO ESTADO DE GOIÁS - (Frederico Jaime Filho) - Senhor Presidente e Senhores Deputados! Pretendo ser breve, mesmo porque, já sentimos que há quase que uma unanimidade

de posições de Senhores Presidentes, Senhores Líderes e dos ilustres Senhores Deputados que compõem esta Casa, na oportunidade, deste Congresso.

Nós estamos sentindo que o Poder Legislativo, que foi massacrado ao longo dos anos, principalmente no período em que uma ditadura tentou, de todas as formas, desmoralizar o Poder, e os seus integrantes, são os Senhores Deputados, quer sejam estaduais ou federais e até os integrantes do Poder Legislativo Municipal, os Senhores Vereadores.

E, agora, quando o Poder Legislativo tenta se reabilitar, tenta readquirir a credibilidade popular, é importante que não se deixe passar uma oportunidade tão feliz quanto esta, para, também, levar aqui a nossa palavra, em nome do nosso Estado, o Estado de Goiás.

Quero cumprimentar, em primeiro lugar, o Presidente da UPI, por esta iniciativa. É digna do Poder Legislativo. O Poder Legislativo Estadual, com esse passo, a meu ver gigantesco, na busca da credibilidade popular, está dando uma demonstração da sua responsabilidade de seus deveres.

Nós não podemos, é claro, ficar na retaguarda aguardando os acontecimentos. Temos que estar na vanguarda. Eu diria que somos, de fato, os legítimos representantes do povo na elaboração da Constituinte.

Nós sabemos que, de direito, os Deputados e Senadores têm a legitimidade para votar a Carta Magna, para elaborá-la. Mas, de fato, esta legitimidade é nossa!

Já foi dito aqui que quando um Deputado Federal recebe, às vezes, uma, duas, ou cinco pessoas em seu gabinete, e nós recebemos, quem sabe, mais de cem pessoas por dia, nos levando as suas reclamações, as suas sugestões, as suas reivindicações.

É por isso que o Poder Legislativo Estadual, tem que se impor mesmo, tem que estar, como eu disse, na vanguarda, principalmente fazendo com que as grandes aspirações do povo sejam na verdade, aquilo que será escrito na Carta Magna.

Eu diria que a constituição das comissões sobre as quais nos falou o ex-Presidente Moacyr Bertolli, é da maior importância para as Assembléias Legislativas e para os nossos Estados.

Fui Secretário da Segurança Pública no meu Estado, e deixei a Secretaria em virtude da lei de desincompatibilização para disputar a reeleição. E, conversando com alguns Deputados Federais em Brasília, alguns deles do meu Estado, senti que no setor de segurança, eles não tinham nenhuma idéia de valor para levar ao debate na Assembléia Nacional Constituinte. Confesso, fiquei preocupado!

E é por essa razão que eu acho que es-

sas comissões são importantíssimas, porque serão formadas para debater com os mais variados segmentos da sociedade. E é a partir daí, que nós teremos subsídios para levar à Brasília, aos Deputados Federais e aos Senadores, o que o povo realmente quer. Porque, o que o povo quer, nós Deputados Estaduais é que vamos saber, se estivermos na vanguarda.

Portanto, gostaria de dizer aos ilustres Colegas Deputados, que saio daqui com uma esperança enorme, e vou chegar ao meu Estado de cabeça erguida, porque confesso e tenho que confessar, que fui questionado pela imprensa do meu Estado, sobre quais as reais razões que me trariam a Curitiba, pois, há uma idéia errada, mas, que ainda existe, de que os Congressos da UPI existem para turismo, passeio, quando na verdade se sente, após uma reunião como esta, o quanto é importante um Congresso da UPI, e é isso que nós temos de levar ao conhecimento do nosso povo e da nossa imprensa para que esta sinta que, na verdade, o Congresso da UPI é o comando da Democracia, aliás, o Poder Legislativo é, na verdade, o comando da Democracia, e se é o comando da Democracia, ele tem de ser respeitado, tem de ser valorizado, não pode continuar mais sendo achincalhado, injustamente, como tem sido até agora. Mas, vai depender muito de nós, estou consciente que vai depender de nós! E é por isso que, após ter ouvido tantos oradores ilustres, competentes e inteligentes, é que saio daqui entusiasmado, eufórico, sabendo que a partir deste Encontro nós vamos nos impor como modelo e dar uma demonstração ao Brasil todo que o Poder Legislativo é, na verdade, um Poder constituído de homens de bem e de homens que têm um compromisso com a comunidade, que têm um compromisso com a sociedade, e é o Poder Legislativo que, na verdade, haverá de fazer com que o Brasil saia do caos em que se encontra e reencontre o seu próprio caminho!

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) -
Concedo a palavra ao eminente Deputado
Dilton Lírío, Presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO (Dilton Lírío) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vemos, com satisfação, que as propostas, que as idéias dos Deputados aqui presentes são convergentes.

Desde a exposição brilhante do Deputado Francisco Horta, até os pronunciamentos dos oradores que se sucedem na tribuna desta Casa, todos acham necessário que as Assembléias Legislativas Estaduais não fi-

quem marginalizadas deste processo da Assembléia Nacional Constituinte, uma vez que os Deputados Estaduais vivem permanentemente junto às bases políticas, aos segmentos da sociedade, ouvindo os seus reclamos, as suas necessidades. Daí, porque, Senhor Presidente, precisamos realmente passar à ação! Se no Congresso Nacional Constituinte vai se dar ao povo o direito, através de um abaixo assinado de trinta mil pessoas, de levar proposições que sejam discutidas pelos Constituintes, nada mais justo que se dê o mesmo direito às Assembléias Legislativas Estaduais, que representam, não trinta mil eleitores, mas todo o eleitorado dos Estados brasileiros.

Nesta linha de pensamento elaboramos um telex, um documento que queremos colocar à discussão deste Plenário para que seja assinado não somente pela UPI, mas também por todos os Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil.

Este documento que seria encaminhado ao Senhor Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Ulisses Guimarães, digníssimo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte teria os seguintes termos: (Lê):

"Os Presidentes das Assembléias Legislativas Estaduais de todo o Brasil, reunidos em Curitiba, Estado do Paraná, pedem a Vossa Excelência que sejam incluídos no Regimento Interno e normas que regerão os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, dispositivos permitindo a discussão pela Constituinte de até duas proposições aprovadas em cada Assembléia Legislativa Estadual, assim como sejam os Deputados Estaduais transformados em Constituintes Estaduais a partir da data da aprovação da nova Constituição Federal".

Esta é a proposta que fazemos, seguindo o raciocínio do Deputado Hélio Rosa, Francisco Horta, do nobre Presidente da Assembléia de Minas Gerais e dos demais que aqui expuseram as suas idéias. Achamos que nós, Deputados Estaduais, só podemos, na verdade, ser transformados em Constituintes após a promulgação da Carta Magna, uma vez que as Constituições Estaduais são, na verdade, uma adaptação da Carta Federal aos Estados, e também não sabemos quais as prerrogativas que serão reservadas às Assembléias Legislativas, daí porque não poderíamos antecipar este trabalho. Entretanto, Senhor Presidente, nem por isso as Assembléias Legislativas devam permanecer estáticas; muito pelo contrário: as comissões sugeridas que deverão ser constituídas nas Assembléias Estaduais fariam o trabalho preliminar de preparação, auscultando a sociedade civil, os sindicatos, as entidades de classe, para que depois, dentro dos parâmetros que nos forem traçados pela Carta Federal, iríamos soberanamente escrever as Consti-

tuições Estaduais, as mais representativas possíveis dos anseios dos nossos Estados.

Era, Senhor Presidente, a proposta que tínhamos a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) -

Antes de passar a palavra ao eminente Deputado Marcelo Costa e Castro, julgo prudente que possamos constituir uma Comissão para elaboração final dos documentos e das propostas recebidas à vista das propostas apresentadas pelo eminente Presidente da Assembléia de Santa Catarina pelos eminentes Professores Francisco Horta, Deputado Otávio Gilson dos Santos, pelo eminente Deputado do Espírito Santo, pelas comunicações trazidas a este Plenário pelo eminente Presidente de Minas Gerais, pela contribuição valiosa oferecida pelo Presidente da Assembléia de Goiás, pelo trabalho do Deputado Hélio Rosa e pelo trabalho do Deputado Gilberto Castro Rodrigues esta Presidência designa uma comissão para redigir o documento final de Curitiba, presidida pelo Secretário Geral da entidade, Deputado Dilton Lírio, com as participações do Professor Francisco Horta, do Presidente da Assembléia de Santa Catarina, do Presidente da Assembléia do Estado do Rio, Deputado Gilberto Castro Rodrigues e do representante do Estado do Amazonas, Deputado Luiz Fernando Nicolau.

Com a palavra o Senhor Deputado Marcelo Costa.

O SR. MARCELO COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que neste final de tarde já estamos sedimentando as idéias que foram discutidas hoje aqui neste plenário. Inicialmente, quero falar da preocupação do nosso colega de Santa Catarina que, pela manhã, sugeriu que fosse interrompida a viagem de Foz do Iguaçu e hoje, à tarde, falou que não viria mais às sessões da UPI se aqui não se trabalhasse. Já sou Deputado de Segunda Legislatura. Na primeira, tive oportunidade de participar de vários Congressos da UPI e se há uma parte turística, se há uma parte social nestas reuniões que promovem uma integração nacional de Estados tão distantes e de culturas tão díspares como existe no Brasil, é para o conagraçamento entre os colegas e a aproximação entre eles. É verdade que em todos os Congressos tem havido trabalho. Portanto, não é um reparo que faço ao Colega de Santa Catarina, mas apenas um testemunho pessoal que presto, como membro da UPI, que acho que estas reuniões têm sido muito úteis e que estes Congressos devem ser reforçados.

Quanto ao nosso ex-colega Deputado Francisco Horta, quero dizer que ele falou

da tribuna como se estivesse falando para juristas e doutores em leis. Sou Deputado Estadual, mas não sou advogado; sou médico e fiquei um tanto confuso com a proposta dele. Não me passava pela cabeça que já somos Deputados Constituintes, com poder constituinte, de fazer leis com maioria absoluta dos votos. O que esperava e que acho mais adequado e razoável, dentro da lógica, é a proposta do nosso colega do Espírito Santo de que só depois que os Deputados Federais, os Senadores, os Constituintes escreverem a nova Constituição, é que poderão colocar um artigo dando poder às Assembléias Estaduais de elaborarem as suas Constituições, também por maioria absoluta, porque, no meu entender, hoje só podemos emendar as Constituições Estaduais com maioria de dois terços e não com poder constituinte por maioria absoluta. Só depois que tiver na Constituição, aí sim que seremos Constituintes e teremos o poder de elaborar a nossa Constituição.

Agora, aspectos importantes foram tratados aqui e isto é que é importante para nós, Deputados Estaduais, para que possamos saber, com segurança o que vai ser de competência do Poder Federal e o que vai ser de competência dos Estados e municípios. Aí sim, nos cabe, como Deputados Estaduais, formarmos um grupo de pressão, um "lobby" sobre Brasília para a definição com clareza daquilo que queremos. A partir desta definição, acredito que o nosso interesse seria uma Constituição enxuta, com poucos artigos, que delegasse o Poder às Assembléias Estaduais de fazerem suas Constituições adequadas as suas realidades, naturalmente norteadas por princípios gerais dentro de uma Constituição Nacional. E aí estes encontros que teremos na UPI, a partir de nossas comissões estaduais, que nos encontros que poderão ser mensais, então discutiremos os problemas que achamos importantes para o nosso e para os demais Estados, municípios, como por exemplo, a questão do unicameralismo e do bicameralismo, é uma questão que a UPI deve discutir. A questão do parlamentarismo ou do presidencialismo, a questão do Estado Unitário ou do Estado Federativo. Se for um Estado Federativo, que seja de fato, que a renda pública seja distribuída para os municípios e para o Estado, e aí sim a educação, a saúde, os transportes que fiquem sob a responsabilidade dos Estados e do município, porque o Estado, a União, é uma abstração, o que existe na realidade é o município: o sujeito mora, planta a roça, no município; é lá que ele mora, é lá que vive. Então, essas questões é que eu acho que temos que discutir em profundidade, fazendo essas comissões interestaduais, para marcharmos sobre Brasília e com os nossos Deputados Federais,

nossos Deputados Federais, nossos representantes, pressionarmos para que saia uma Constituição, respeitando a Federação, os Estados, os municípios e a partir daí, uma Constituição enxuta, com princípios gerais, nós poderemos então elaborar nossas Constituições Estaduais.

Eram essas as observações que eu queria fazer hoje à tarde.

Muito obrigado.

O Sr. Hélio Rosa (Pela Ordem) - Na tribuna, os vários oradores formularam propostas. A proposta que eu formulei foi transformada em moção e eu gostaria de saber se sobre as demais propostas a secretaria está anotando as moções?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) - Está, Deputado Hélio Rosa e ao mesmo tempo, convido Vossa Excelência para que participe também da elaboração do documento final deste Encontro, para que Vossa Excelência possa fazer essas procedentes colocações que Vossa Excelência faz neste momento ao Plenário.

Concedo a palavra ao Presidente da Assembléia de Fortaleza, o Senhor Deputado Antônio Gomes da Silva Câmara.

O SR. ANTÔNIO GOMES DA SILVA CÂMARA (Está falando sem microfone; completamente inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) - Vossa Excelência não deseja usar da tribuna?

O SR. ANTÔNIO GOMES DA SILVA CÂMARA - ... uma Mesa paralela, uma Mesa Constituinte, com recursos próprios, com servidores postos à sua disposição, isso poderia criar e gerar dificuldades, enquanto que a Comissão de Constituição e Justiça já é interpartidária; já é composta dentro da proporcionalidade de cada Bancada, e já tem atribuições definidas, já tem Orçamento próprio da Assembléia, para uma utilização eventual, para uma visita a outros Estados. Apenas que esta Comissão examinasse esta possibilidade, para que nós não perdêssemos tempo, constituindo Mesa Diretora, Regimento, isso, aquilo e aquilo outro. Era apenas esta a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Olivera) - Respondendo a colocação do eminente Presidente, eu gostaria de lembrar ao Presidente que sempre nos auxiliou muito em todos os Congressos da UPI, Presidente atuante, que esta foi uma proposta apresentada e aprovada pelo Congresso da UPI em 1986, para que nós fizéssemos uma Comissão pró-Constituinte, que alguns Estados, como o Estado do Mato Grosso, consti-

tuíram outros Estados, eminente Deputado Câmara, não constituíram esta Comissão e apenas estamos entregando este documento como uma sugestão aos Senhores Presidentes, que evidentemente conhecem o funcionamento dos seus Legislativos Estaduais melhor do que a UPI e que este documento, como sugestão, pode ser adaptado à peculiaridade de cada Assembléia Legislativa. Trata-se apenas de uma memória, digamos, de um encontro que tivemos em 1986; não é opinião, inclusive formada da UPI, definitiva, a respeito desta Comissão Constituinte. De qualquer forma, a entidade propõe aos Senhores Presidentes, duas Comissões: uma Comissão para trabalhar em Brasília, acompanhar os trabalhos da Constituinte Nacional, e outra Comissão para acompanhar os trabalhos da Constituinte, em cada Estado.

Passo a palavra ao Senhor Deputado Líder da Assembléia de Santa Catarina, Irair Zílio.

O SR. IRAIR ZÍLIO (Assembléia de Santa Catarina) - Senhor Presidente, Senhores Deputados Líderes, apenas quero fazer um enfoque na colocação vinda do Presidente Luiz Alberto Oliveira, da UPI.

Nós entendemos que a criação de uma Comissão Constituinte, no modelo sugerido pela UPI, em 1986, em que alguns Estados realizaram alguns trabalhos junto às comunidades, não tenha razão de ser em 1987.

E justifico: entendo eu, - salvo melhor juízo - que as próprias Assembléias Legislativas, através de seus membros, representam, na verdade, um grupo selecionado pela sociedade, através do processo eleitoral de 1986. E se nós subtrairmos apenas uma Comissão que, dentro dos Regimentos Internos colocam, por exemplo, nove membros, nós estaremos excluindo deste processo, por natureza, os demais Parlamentares que também devem ter este papel que pode ser transferido ou não, através das providências a nível de Congresso Nacional, Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, no nosso entender, e é uma colocação que faço a título de sugestão e contribuição, no sentido de que as Assembléias viabilizam o seu trabalho como constituinte, não criando a Comissão específica Constituinte. Porque, quando nós defendemos - e vejam bem os Senhores Deputados - quando nós defendemos a audiência aos segmentos sociais organizados e ativos, as universidades, os sindicatos, as entidades de classe, os estudantes, os trabalhadores de um modo geral, nós estamos querendo incluí-los no processo e ouvi-los a respeito das providências que devam ser tomadas para a elaboração do nosso documento máximo.

Agora, ao mesmo tempo, não deixamos na

cônexão exatamente os nossos Deputados, porque a Comissão, na verdade, passa a ter uma certa e um certo poder, inclusive, sobre a própria Mesa Diretora da Assembléia.

E, do ponto de vista prático, eu coloco o seguinte, Senhores Parlamentares: que as Comissões Técnicas permanentes das Assembléias, podem, perfeitamente, idealizar e viabilizar, fora os debates, especificamente em cada área de sua competência.

Por exemplo: há uma sugestão, a nível federal na área da agricultura, ou na área tributária, pois existe uma Comissão Técnica vinculada ao setor de cada Assembléia Legislativa, e nada melhor com a estrutura da própria Comissão Técnica, ela realizar, promover, valorizando, inclusive, a Comissões Técnicas que, via de regra, são apêndices insignificantes.

Eu entendo, Senhores Parlamentares, que nós estaríamos valorizando e fortalecendo as próprias Comissões e dando chance a que cada segmento desta mesma Assembléia pudesse realizar um trabalho e fazer a própria promoção, evidentemente de todo o Poder.

Portanto, concluindo o raciocínio, eu manifesto aqui, no sentido de contribuição e a título de sugestão, que nós não criemos, nas Assembléias, Comissões especificamente para tratar da Constituinte, mas que a Assembléia, querendo debater com a sociedade, seja ao todo um grande conjunto, seja a grande Comissão, usando como instrumento as próprias Comissões Técnicas existentes.

Era a contribuição que queria fazer, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) - Agradeço a contribuição do eminente Líder de Santa Catarina.

Concedo a palavra ao eminente Presidente da Assembléia do Rio Grande do Norte, Presidente Nelson Hermógenes de Medeiros Freire.

O SR. NELSON HERMÓGENES DE MEDEIROS FREIRE

Senhor Presidente. Início dizendo a Vossa Excelência da minha alegria, porque na verdade, em sendo o primeiro Congresso de que participo, sinto o elevado nível dos debates; sinto que a UPI, mais do que nunca assume a sua função de organismo que nos congrega a todos e que nos representa com muita dignidade e que mais ainda fará, principalmente agora que o Brasil todo vive uma fase histórica de grande importância.

É exatamente por isso, Senhor Presidente, colegas Deputados, a respeito deste assunto, tendo visto já as propostas, as declarações de outros colegas, de modo

particular a última proposta aqui feita, que nós gostaríamos, a título de sugestão, retificar o nosso apoio à idéia inicial da Comissão, inclusive à Comissão de cada Assembléia Legislativa, apenas sugerindo de que entre os membros de que cada Comissão, em cada Assembléia, esta Comissão Especial para acompanhar o desenvolvimento da Constituinte, possa ter como participantes um número qualquer, talvez um, de Parlamentares que estejam já em outras Comissões normais da Casa, para que, na verdade, todas as outras Comissões mantenham um vínculo com aquela Comissão Especial, porque, parece-me, e Senhor Presidente que, por ser um assunto muito polêmico, por ser um assunto de mais alta seriedade. Se tivéssemos que envolver todos os Deputados diretamente neste assunto, quero crer que o tempo que temos, ao nosso dispor, seria inviável para que, ao longo deste curto período pudéssemos ter conclusões importantes e conclusivas. De modo que faço esta sugestão, de que, neste regulamento da UPI, no que concerne ao aspecto da Comissão Especial para cada Assembléia se pudesse, tivesse representantes das outras Comissões normais da Casa, nesta Comissão.

E gostaria também, Senhor Presidente, a título de sugestão, até porque, talvez não se saiba se está nesta proposta ou não, de que nesta Comissão Permanente da UPI que irá trabalhar em Brasília, possa ter, como membro participante, cada membro desta Comissão Especial dos Estados. Isso para demonstrar a unidade de pensamento dos Deputados, participando desta Comissão também, cada Presidente de Assembléia Legislativa.

Por último, Senhor Presidente, gostaria de fazer mais uma sugestão: a de que a Carta de Curitiba, no seu inteiro teor, também seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ao lado do telex que foi proposto e que foi aceito por este Plenário, mas que também seja encaminhada à Brasília a nossa Carta.

De modo que, agradeço a participação e agradeço a atenção, pois, este evento é muito significativo no atual momento político brasileiro.

Parabéns à Presidência da UPI e parabéns a todos os Colegas Deputados aqui presentes.

(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) -

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Maria de Jesus Soares, da Assembléia Legislativa do Pará.

Senhor Presidente Luiz Alberto Oliveira, colegas Deputados de vários Estados.

Na realidade, chego do Norte do Brasil, preocupado com o que viemos tratar aqui neste Congresso da UPI. Eu perguntaria ao Senhor Presidente de que maneira nós, Deputados Estaduais, poderíamos influenciar neste processo tão importante que acontece no Brasil que é a nova Carta Magna da Nação? O que está sendo ouvido nestes temas? Onde estão os Deputados Estaduais que são os representantes autênticos do povo brasileiro na elaboração das emendas, das leis que vão dirigir a nossa Pátria?

Acredito que até o momento atual, nós Deputados Estaduais, estamos sendo apenas um trampolim em toda a História. As classes organizadas da Nação, os trabalhadores, as entidades, enfim, não estão sendo ouvidos nas suas propostas e não estão sendo chamadas para um debate nacional. Eu entenderia e colocaria em proposta, nesta Assembléia, de que a UPI tivesse o cuidado exemplar de dizer a Brasília de que nós Deputados Estaduais, queremos participar ativamente dos debates, das resoluções que vão acontecer daqui por diante. Proporia ao Plenário de que nós deveríamos ter permanentemente em Brasília uma representação da UPI para dar sugestões, debater, procurar também levar as mensagens das entidades mais diretamente ligadas com o povo nos Estados brasileiros.

Entendo, Deputado Luiz Alberto Oliveira, de que - e também é uma proposta - deveria ser formulado um documento único do Parlamento Estadual Brasileiro a ser levado Brasília, urgentemente, e que nós todos, não só os Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados, mas a totalidade dos Deputados Estaduais do Brasil, estivéssemos todos em Brasília, levando ao Congresso, às lideranças políticas partidárias, a proposta dos Paramentos Estaduais sobre a Constituição.

Esta é a proposta que quero deixar neste Plenário à discussão da Mesa e dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) -
Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Humberto Michiles.

O SR. HUMBERTO MICHILES -da Assembléia Legislativa do Amazonas.

Eminente Presidente Luiz Alberto Oliveira, Senhor Presidente, demais companheiros Deputados.

Apenas para fazer uma breve proposição, pois, entendo que temos contra nós o tempo e temos que lutar contra ele. Se prevalecer a idéia do Presidente da Constituinte de se promulgar a Constitui-

ção para o dia 7 de setembro, teremos apenas alguns poucos meses para fazer valer tudo o que aqui está se debatendo, tudo o que aqui está se propondo.

Ora, creio que precisamos criar fatos, gerar fatos, porque só a partir de fatos que extrapolem as Assembléias Estaduais, que extrapolem as reuniões como a que está sendo aqui realizada, é que teremos condições de mobilizar a opinião pública e de exercer efetiva pressão sobre os membros da Constituição que sentimos que estão um tanto quanto isolados em Brasília. Isto não pode ocorrer.

Entendemos de fundamental importância a proposta feita pelo ilustre Deputado Francisco Horta que sugere sejam redigidas normas constitucionais comuns aos textos das leis fundamentais dos Estados-membros brasileiros. E gostaria de sugerir definido e acertado aqui, Senhor Presidente, que cada presidente das Regionais se encarregaria de elaborar um texto que seria comum a todos os Estados para ver se conseguiríamos chegar, já na reunião de Manaus, com o esboço deste texto. Ali, então, seria discutido, debatido, aprovado e estaríamos gerando um fato de grande importância, porque seria levado ao Presidente da Constituinte, seria dado conhecimento à toda população brasileira. E a partir de então, de lá mesmo, de Manaus, já se poderia debater os outros aspectos que seriam inerentes apenas às Assembléias Legislativas de cada Estado.

Digo, Senhor Presidente, que nós do Amazonas estamos muito preocupados com as regionalidades, porque estamos sofrendo pela centralização excessiva, pelo fato de sermos governados e dirigidos por uma legislação que é feita, via de regra, para um Brasil que não é o nosso Brasil.

Apenas a título de exemplo gostaria de deixar aqui aos Senhores Presidentes, e aos Deputados presentes, a SUFRAMA é responsável por 75% da economia do Estado do Amazonas. Chega a ser responsável por mais do que isto, mais de 75% dos empregos que ali são gerados. A SUFRAMA não sofre influência, não sofre ingerência do Estado do Amazonas. Dormimos sobressaltados e acordamos uma vez ou outra apavorados porque são baixadas normas, a partir de Brasília, que não são de interesse do Estado. Então, 75% dos nossos empregados também dormem sobressaltados porque não sabem qual será o futuro.

Por isto, gostaríamos de dar esta sugestão porque entendemos que estaremos trabalhando sobre duas vertentes. Uma pressionando a Constituinte no sentido de que nas disposições transitórias explicitasse que as Assembléias Estaduais terão competência de Constituinte. A outra no sentido de diminuir o poder da Constituin-

te de Brasília, melhor dizendo, no sentido de que a Constituinte deixasse um maior espaço às Assembleias Estaduais aos Estados da Federação, para não sermos meros copiadores, tendo apenas que nos adequar e nos submeter à Constituição Federal.

É contra isto que estamos lutando durante todo este tempo. É contra isto que estamos nos batendo.

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) - Convido o eminente Deputado Ivan Anzolin, para fazer uso da palavra.

O SR. IVAN ANZOLIN - Ilustríssimo Deputado Luiz Alberto Oliveira, Presidente da UPI, nobres Senhores Presidentes de Assembleias Legislativas aqui presentes, líderes, ex-presidentes das UPI, meus companheiros.

Felizmente, todos os Parlamentares Estaduais que aqui se fizeram levar com o mesmo pensamento e estes pensamentos convergem para as mesmas posições que deveremos abordar.

Ouvi atentamente todos que aqui usaram da palavra. Inicialmente o ex-Deputado, nosso companheiro Francisco Horta, que defende uma independência maior das Assembleias Legislativas com vistas a elaborar a Constituição nos seus Estados, com o que nós concordamos inteiramente, posto que não poderemos, nas Assembleias Legislativas, ficarmos aguardando a promulgação da Constituição Federal para copiá-la e inseri-la no pergaminho. Deveremos sim, lutar para que possamos nós disciplinar o ordenamento jurídico, especialmente do processo administrativo dos Estados, a fim de que possamos nós mesmos administrar as nossas riquezas. Ouvimos aqui o Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Deputado Juarez Furtado, que trouxe subsídios a este encontro com os quais nós concordamos e os demais oradores, todos com o mesmo objetivo, mas queremos fazer uma indagação, neste contexto jurídico e institucional que é o Deputado Estadual? O que nós representaremos, especialmente neste período de Constituinte? Nós não sabemos, na realidade as Constituições Estaduais asseguram aos Deputados Estaduais o direito de legislar nas Assembleias Legislativas sobre o processo legislativo estadual, nada mais do que isto.

Nós ainda, não temos o direito à faculdade ou obrigação de elaborarmos a Carta Constitucional Estadual. Por isso, eu entendo urgente, nobre Presidente, este posicionamento, se o Regimento Interno que está sendo elaborado no Congresso que irá disciplinar o ordenamento e os critérios para a nova Carta Constitucional dá pode-

res até a população, desde que obtenha um número "x" de assinaturas de levar ao Congresso um documento que será examinado, como se fosse um documento encaminhado por Parlamentares Constituintes, porque que os Deputados Estaduais, através das Assembleias Legislativas com o respaldo da UPI, não podem encaminhar documentos nesse sentido; nós que somos os legítimos representantes da sociedade nos nossos Estados, não poderemos dar esta contribuição. Então, acredito que, primordialmente, nós deveremos na realidade, fazer com que o documento de Brasília estabeleça quem somos e o que podemos, quais os nossos deveres, as nossas obrigações ou as faculdades que terão os Deputados e depois sim, pu-xarmos para nós como uma tarefa esta de levarmos à Constituição as intenções da sociedade, como intermediários e talvez até como Deputados, levando a iniciativa. Posteriormente sim, buscamos para nós as possibilidades de uma maior independência na interpretação daquilo que é da sociedade para inserirmos na Carta Constitucional Estadual o que nos dê maior independência.

Concordo perfeitamente com o Deputado Francisco Horta e com os pronunciamentos dos demais Deputados que aqui nós ouvimos. Deveremos acima de tudo, hoje, aprovar um documento para levarmos a Brasília a fim de que possamos saber o que poderemos realizar para dar a nossa contribuição como legítimos representantes do povo e depois trazermos para nosso Estado, o debate, a fim de que possamos tirar da sociedade o que esta pensa, para que não sejamos colhidos de surpresa e todos os segmentos encaminharem as suas propostas, e nós ficarmos assistindo toda esta trajetória.

Senhor Presidente, fica aqui o nosso posicionamento, para que aproveemos, ainda hoje, uma posição nesse sentido, e que uma Comissão da UPI, leve a Brasília, ao Presidente da Constituinte, este posicionamento, a fim de que possamos saber, imediatamente, o que o Deputado Estadual poderá dar de contribuição ao pergaminho constitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA UPI (Luiz Alberto Oliveira) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado de Alagoas, José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS - Senhor Presidente Luiz Alberto Oliveira, Senhores Presidentes de Assembleias Legislativas, Deputados aqui presentes.

Considero esta uma ocasião excepcional, de real valor, em que está sendo discutido um tema e propostas em torno do tema, que é a grande preocupação de toda sociedade civil brasileira.

E acho que a posição da UPI, através das propostas apresentadas, em relação ao Poder Constituinte Estadual, é de uma importância fundamental em relação à toda classe política brasileira.

Creio que um dos fatos básicos que deve preocupar os Deputados Estaduais e, em consequência, a UPI, é, sem dúvida, a valorização do Poder Legislativo. É que, a Constituinte volte ao Poder Legislativo determinadas prerrogativas que lhe são inerentes e fundamentais, e que as crises brasileiras do Poder Executivo e do autoritarismo retiraram, devagarinho, das Assembleias Legislativas Estaduais.

E cito um fato: os Deputados Estaduais não têm o direito de legislar sobre matéria financeira, não têm o direito de apresentar alguma coisa em que entre a parte financeira em referência a isso. É exclusividade do Poder Executivo.

E nem sempre o Poder Executivo - e aí vem um argumento usado pelo Executivo - é que aí, nós teríamos então, se o Legislativo tivesse esse direito, teríamos um excesso de proposições.

Ora, nem sempre o Executivo, apesar de representado por uma única pessoa, nem sempre ele acerta sobre matéria financeira e, ao mesmo tempo, deixa de receber uma contribuição que eu considero fundamental e indispensável - para citar somente um fato - em relação a determinados aspectos que dizem respeito à vida da sociedade civil de cada Estado.

Então, acho, Presidente Luiz Alberto Oliveira, que uma preocupação da UPI deveria ser a valorização da classe política, dos Deputados Estaduais, através da devolução de direitos que lhe foram preteridos, quer dizer, a devolução de direitos que devem ser assegurados, para que eles tenham o livre exercício do poder, em nível estadual.

Segundo ponto: que as conclusões aqui, feitas neste Plenário, esta, por exemplo, de Constituinte Estadual, e diversas proposições apresentadas aqui, que eu considero de valor, tivéssemos também uma coisa que seria a participação das Assembleias Legislativas Estaduais.

Como?

Que, em torno dessas conclusões, Presidente Luiz Alberto Oliveira, Presidente de Assembleias Legislativas e Deputados, os Deputados Estaduais, através de seus Presidentes e através de proposições apresentadas nas Assembleias, levassem ao Presidente da Constituinte, aos líderes de bancada estas proposições, para que nós deixássemos somente para o Congresso de Manaus, ou outras ocasiões, isto não. Após esta reunião nós começaríamos isto que foi falado, que é um regime natural de pressão dentro de um sistema; seria uma posição

das Assembleias Legislativas, em relação à Constituinte, levando já as proposições aprovadas aqui pela UPI. Claro que a UPI tem um papel, claro que a UPI tem as suas prerrogativas, mas eu acho que este início de unidade, unidade de pensamento em torno de certas proposições seria fundamental, em relação ao resultado que se espera obter, que será, afinal de contas, de nós termos o direito de sermos Constituintes, e não somente copiadores daquilo que vai ser feito em nível federal.

Quero trazer, Presidente Luiz Alberto Oliveira, ao trazer esta Proposição ao Plenário, que eu acho fundamental, a recomendação que nós levaríamos às Assembleias Estaduais, para que, em torno das conclusões deste Plenário, fossem dirigidos telex ou entendimentos com os líderes de bancada, com o Presidente da Constituinte, formalizando, então, aquilo que seria uma unidade nacional das Assembleias Legislativas, em torno deste Encontro.

E o segundo ponto é que nós trabalhe-mos e lutemos pela valorização do Poder Legislativo, com devolução de prerrogativas que, na minha opinião, lhe são inerentes.

Quero trazer aqui um abraço fraternal ao Presidente, aos Presidentes das Assembleias e aos Deputados do nosso Presidente, Deputado Francisco Mello, que se encontra, neste momento, em exercício do Governo do Estado de Alagoas e, ao mesmo tempo, declarar que mais adiante esperamos recebê-lo, naquela terra, que eu considero, no Nordeste, igualmente com os Estados nordestinos, boa e hospitaleira, e que, segundo a expressão do escritor daquela terra diz que- "ao turista ou pessoa que visita só falta pegar no braço e dizer - fica"!

Vocês serão bem-vindos no Estado de Alagoas!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira)-

Agradecendo toda a gentileza do Deputado José Medeiros e as suas referências elogiosas, convido o eminente Deputado Basílio Zanusso, líder partidário do Paraná.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Luiz Alberto Oliveira, Presidente da UPI, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Assembleias Legislativas, Senhores Deputados.

Este Encontro teve o êxito esperado, porque reuniu aqui Parlamentares, representantes das Assembleias Legislativas de todos os Estados e, pelas palavras, há pouco, do nosso colega do Estado de Santa Catarina, as propostas tiveram um desaguadouro comum, uma convergência comum, o que os Deputados Estaduais brasileiros pretendem é participar ativamente do processo

constitucional que vivemos. Nós teremos maior ou menor competência, nós seremos ouvidos mais ou menos, pela Assembléia Nacional Constituinte. Vai depender de nós mesmos!

Nós vamos formar apenas uma grande Comissão da UPI, ou vamos formar a grande Comissão mais subcomissões. Acho que o importante é fazer o que se faz agora, não ficarmos à margem, dizermos presentes. Os Deputados Estaduais não querem ficar à distância do processo, isto é, à distância da Assembléia Nacional Constituinte. Alguns oradores falaram há pouco, lá no plenarinho, no início da tarde, que alguém da UPI terá que ficar em Brasília até diuturnamente; não afastar pé de Brasília, ficarmos juntos. Assim, tenho certeza que nós chegaremos a uma nova Constituição Nacional e as Constituições do Estado com a presença marcante das Assembléias Legislativas. E se este trabalho não tivesse sido iniciado aqui por Vossas Excelências e por nós, tenho certeza que o Deputado Estadual seria menos lembrado, senão colocado à margem sem a menor competência, sem a participação, pois nós sabemos perfeitamente de opiniões de ilustres Parlamentares Constituintes que acham que os Deputados Estaduais, que as Assembléias Legislativas somente poderão se manifestar depois de promulgada a futura Constituição.

Quero dizer aos prezados colegas de todos os Estados que vieram para cá que as presenças de Vossas Excelências honraram o nosso Estado e esta Casa que orgulha-se particularmente por ter na pessoa de um dos ilustres paranaenses, de família tradicional, pois, há pouco estivera aqui o Doutor Cândido Martins de Oliveira, um dos mais eminentes homens públicos do Estado do Paraná, irmão do estimado e competente amigo Deputado Estadual Luiz Alberto Oliveira, que temos a certeza de que ele, com a sua inteligência e dedicação, dará uma contribuição positiva para os trabalhos da UPI, e para as Assembléias Legislativas Estaduais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) - O Deputado Hélio Rosa assumirá a tribuna, neste momento, para nos dar notícia a respeito da elaboração do documento que a Comissão está finalizando.

O SR. HÉLIO ROSA - Eu só estava lembrando ao Senhor Presidente que o documento já está quase totalmente elaborado; está no processo de datilografia e que também já se decidiu que, daquela proposta que vai ser encaminhada através de telex que, simultaneamente fosse feito um telefonema diretamente ao Presidente Ulisses Guimarães e ao Relator Senador Fernando Henri-

que Cardoso, dando-lhes ciência de que está sendo encaminhado esse telex para ver se ainda dá tempo de se incluir esse dispositivo no Regimento Interno que vai ser discutido na próxima semana ou talvez amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) - Agradeço a informação do Deputado Hélio Rosa e, portanto, caminharemos para uma comunicação imediata a Brasília, e logo em seguida poderemos, nós os Presidentes de Assembléias Legislativas de todos os Estados, entregar às mãos de Sua Excelência o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado Ulisses Guimarães, bem como do ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso, o texto final deste documento.

Entretanto, da mesma forma vamos precisar de uma comissão permanente de trabalhos da Constituinte junto à UPI. Julgo prudente que desta comissão participem todos os Senhores Presidentes das Assembléias Legislativas Estaduais, para que possamos, inclusive, levar este documento inicial da UPI à Brasília e, posteriormente, possamos elaborar um documento com maior fôlego para a análise dos Constituintes.

Gostaria também, de fazer uma observação em relação à judiciosa colocação feita pelo Presidente Antonio Câmara. A sugestão das Comissões constituintes nos Estados evidentemente que devem funcionar ao lado e como auxílio aos Presidentes de Assembléias Legislativas. Estas Comissões cujos Regimentos Vossas Excelências estão recebendo na pasta como sugestão da UPI, significam um ordenamento dos trabalhos das Constituintes, dos Estudos constitucionais nas Assembléias Legislativas dos Estados. E uma sugestão, para a consideração dos eminentes Presidentes, é que o Presidente desta Comissão seja o Presidente da Assembléia Legislativa, para que não haja nem dualidade de funções e nem dualidade de dispêndios e de gastos nos Poderes Legislativos Estaduais.

Parece-me que o Deputado Hélio Rosa pretende fazer mais uma comunicação.

O SR. HÉLIO ROSA - Senhor Presidente, nos Estatutos da UPI está previsto um cargo de Presidente de Honra. Este cargo pertence ao Deputado Vitorino James. Eu não integrava a UPI por ocasião desta outorga, mas posso identificar as razões que inspiraram aqueles que apresentaram a proposição. Para mim, tinha duplo sentido, de um lado objetivava homenagear um Deputado que realmente foi um incansável defensor dos interesses da UPI que, em última análise, eram os interesses de todas as Assembléias Legislativas do Brasil e, por conseguinte,

da própria democracia. Por outro lado, pretendia o legislador preservar, no seu bojo, alguém que tinha a informação de toda a história da UPI. E mais ainda, ter presente permanentemente nos seus encontros, alguém que, com a sua presença era um exemplo vivo da capacidade, da dedicação e, por outro lado, um incentivo a que todos nos dediquemos com afinco às tarefas da UPI, como foi toda a gestão do Deputado Vitorino James.

Acho que os interesses da UPI são de uma tal ordem que comporta que tenhamos agora mais um exemplo para incentivo e para que seja preservada a história da UPI. Então, estou propondo que seja criada, seja examinada, seja inserida agora, como manda o Regimento, o Estatuto, para que seja discutida na próxima reunião da UPI a criação de mais um cargo de Presidente de Honra para destiná-lo ao sempre Deputado Moacyr Bertelli.

Então, esta é a primeira proposta.

A segunda proposta é, partindo do princípio de que os mandatos, em virtude da grande renovação que ocorreu nos Legislativos Estaduais, que levou a que oito cargos da Direção Executiva ficassem vagos e que um grande número de seccionais tivesse parte ou totalidade dos seus membros afastados do Poder Legislativo e partindo do que eu tenho vivido em São Paulo, onde como presidente da Seccional e com mandato até 1988, como vou para Assembléia Nacional Constituinte, ficará vago este cargo.

Não havia esta mentalidade em São Paulo e nós conseguimos conquistar um grande espaço para a UPI e eu acredito que, São Paulo, pela sua dimensão, estava com a UPI viva, com grande espaço é importante para o todo.

Então, proponho que fique estabelecida já uma norma, que os mandatos das seccionais sejam complementados, quando necessário, com os integrantes do próprio Estado. Isso para possibilitar os entendimentos que nós estamos fazendo, de forma a permitir que não seja escolhido um Deputado ocasionalmente sem interesse, sem vínculo, sem dedicação à UPI, mas sim, seja escolhido alguém que já tenha compromisso, possa assumir um compromisso e dedicação integral a UPI.

Esta é a segunda proposta que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira)-

Eu agradeço a Vossa Excelência, eminente Deputado Hélio Rosa e Vossa Excelência tem toda a razão quando identifica na figura de Vitorino James, o espírito da nossa Entidade.

Realmente, o nosso Presidente Honorário tem sido, o inspirador desta Entidade e encarna o ideal do Parlamento Estadual. Igualmente reconheço os méritos inquestio-

náveis do eminente Deputado Moacyr Bertelli, que foi incansável na continuação desta luta em favor da UPI, como igualmente do ex-Presidente Francisco Horta e solicito ao Senhor Secretário que faça as anotações solicitadas pelo Deputado Hélio Rosa para aprovação final, de acordo com os estatutos no próximo Congresso da UPI, a ser realizado no mês de abril.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Artagão Mattos Leão, Presidente do nosso Instituto FEPPA, do Estado do Paraná.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Deputado Luiz Alberto Oliveira, Presidente da UPI, Senhores Deputados, Presidentes das Assembléias Legislativas dos seus Estados, demais companheiros, Deputados aqui presentes.

Discutimos, nesta oportunidade, sobre as prerrogativas parlamentares; falamos e falamos muito sobre a nossa Carta Magna, a nossa Constituição; falou-se também, sobre a atuação do Deputado Estadual, o homem de vanguarda para as necessidades mais urgentes do eleitor. Nem bem termina uma campanha eleitoral, o Deputado Estadual já reinicia suas viagens, seus contatos com os seus municípios, para ouvir de seus líderes, de seus companheiros, de seus Prefeitos, as reais necessidades dos municípios, e trazê-las e debatê-las junto ao Governo do Estado.

E, nessas oportunidades, é evidente: o Parlamentar está sujeito a sofrer um acidente, por exemplo. Como ficariam os seus familiares, se muitos Parlamentares ao iniciarem a vida pública se dedicam a ela quase que totalmente, deixando até seus interesses particulares.

Nós temos, aqui no Estado do Paraná, o nosso FEPPA, que é Fundo de Assistência ao Parlamentar. Temos recebido o apoio total, integral e irrestrito das Executivas desta Casa, bem como, do Governo do nosso Estado. Aproveitaria, então, Senhores Presidentes, caríssimos Deputados, para colocar o nosso Instituto à disposição de Vossas Excelências para, através de contatos, podermos dinamizar o nosso FEPPA, que, realmente, deve interessar a todos nós. E, também, pedir aos Senhores Presidentes de Assembléias, que dêem, dentro de suas possibilidades, o seu apoio, a sua colaboração a esses Fundos, porque nós temos exemplos, aqui em nosso Estado, de companheiros nossos, na Legislatura anterior, que acabaram falecendo em acidente, deixando os familiares praticamente desamparados.

E, aí, nós comparecemos com o nosso FEPPA, com o nosso Instituto, forte, com plenas e totais condições para ampararmos os familiares daquele nosso companheiro.

Então, aproveito, Senhor Presidente, esta oportunidade, solicitando o apoio a

esses Institutos, e, também, aproveito, como paranaense, para dar as boas-vindas a Vossas Excelências, e dizer que o Paraná os recebe de braços abertos, e esperamos que o nosso caríssimo Presidente Luiz Alberto Oliveira, tenha o apoio da nossa Executiva para fazer outros encontros como esse, que eu tenho certeza, serão de interesse e de bom proveito para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA UPI - (Luiz Alberto Oliveira) O Senhor Deputado Juarez Furtado também deseja fazer uma comunicação ao Plenário, na condição de Presidente do Poder Legislativo de Santa Catarina. Com muito prazer. A Comissão está entregando a esta Presidência dois documentos: um em termos do telex a ser encaminhado a Sua Excelência o Deputado Federal Ulisses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte nos seguintes termos:

"Excelência, os Presidentes de Assembléias Legislativas Estaduais, de todo o Brasil, reunidos em Curitiba, pedem que sejam incluídos no Regimento Interno e as normas que regerão os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, dispositivos estes permitindo a tramitação, pela Constituinte, de determinado número de Proposições aprovadas em cada Assembléia Legislativa Estadual.

Solicitam, ainda, sejam os Deputados Estaduais transformados em Constituintes Estaduais, a partir da data da aprovação da nova Constituição Federal.

Pedem, também, seja permitido acesso dos Deputados Estaduais, através de sua entidade nacional, a União Parlamentar Interestadual, às oito Comissões da Constituinte.

Os signatários da presente rogam a Vossa Excelência lhes seja concedida audiência na segunda quinzena do mês de março, para entrega de documento elaborado neste Encontro de Curitiba."

Em votação o telex.

Considerado aprovado, tendo em vista a manifestação unânime dos presentes.

O documento de Curitiba, passo a ler o texto:

"Os Presidentes das Assembléias Legislativas de todos os Estados brasileiros, reunidos em Curitiba em Encontro promovido pela União Parlamentar Interestadual, manifestam à Nação o inabalável propósito de lutar para o estabelecimento do verdadeiro Estado Nacional Federado, com a descentralização do Poder e autonomia dos Estados para elaborar as suas próprias leis, inclusive a Carta Magna Estadual, atendendo às peculiaridades e aos superiores interesses da comunidade de cada Unidade Federada.

Proclamam também, a necessidade de uma

urgente e profunda reforma no sistema de distribuição das rendas públicas, no País, como condição indispensável para a autonomia dos Estados e municípios, para que estes possam assumir decisões, tarefas, atualmente concentradas na União.

Os Chefes dos Poderes Legislativos Estaduais, proclamam também, o propósito de atuarem os Legislativos Estaduais junto à Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de que a Nova Constituição da República Federativa do Brasil, preservada a indissolubilidade da União e o sistema Republicano de Governo, não contenha dispositivos limitantes à autonomia dos Estados Federados, para que estes possam organizar livremente as suas instituições e a Administração Pública.

Reconhecem a necessidade de se promover o equilíbrio entre Municípios e Estados, para a eliminação gradativa do descompasso existente entre as regiões.

Comprometem-se a desenvolver todos os esforços, no âmbito de suas Assembléias, para o resgate do prestígio do Poder Legislativo e de sua credibilidade perante a opinião pública nacional.

Alertam a Nação sobre a inconveniência de grupos no seio da Assembléia Nacional Constituinte, cujas influências tendenciosas podem vir a desvirtuar o novo texto constitucional. Solidarizam-se, finalmente, com toda e qualquer medida que equacione o pagamento da dívida externa sem que implique no mínimo o acréscimo ao sacrifício já submetido ao povo brasileiro, especialmente as camadas de mais baixa renda.

Curitiba, 20 de fevereiro de 1987."

O SR. DEPUTADO .. (não se identificou) - Senhor Presidente, apenas onde está escrito grupos, acrescentar a expressão "grupos de pressão", a sugestão no sentido de tornar mais clara a redação.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Alberto Oliveira) Agradeço a contribuição de Vossa Excelência.

Coloco em votação o documento final de Curitiba.

O SR. DEPUTADO .. (não se identificou) - Sr. Presidente, gostaria de saber a respeito deste grupo de pressão, em que contexto está.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Alberto Oliveira) (Lê o documento) "... alertam a Nação sobre a inconveniência da formação de grupos de pressão no seio da Assembléia Nacional Constituinte, cujas influências tendenciosas poderão desvirtuar o novo texto constitucional."

O SR. DEPUTADO .. (não se identificou) -
Eu acredito que a expressão "grupos de pressão" pode gerar uma interpretação, dada a ênfase, de que grupos de pressão válidos e nós, condenando por exemplo comunidades, associações de classe, entidades.

O SR. DEPUTADO .. (não se identificou) -
Nós já acatamos e retiramos a nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Alberto Oliveira)
Agradeço a contribuição do eminente Deputado Gilberto Castro Rodrigues.

O SR. DEPUTADO .. (não se identificou) -
Sugeriria que fosse eliminado do texto da "Carta de Curitiba".

O SR. DEPUTADO .. (não se identificou) -
Já retiramos a nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Alberto Oliveira)
Já está retirada. Declaro aprovado o texto da "Carta de Curitiba".

Ao encerramento dos trabalhos deste Encontro na Assembléia Legislativa, convidando novamente para que participem da Mesa esta cerimônia, como ato final, os Presidentes da UPI, Deputados Vitorino James, Moacyr Bertolli, Francisco Horta, ao tempo em que peço ao eminente Presidente de honra desta entidade, Deputado Vitorino James, que faça em seu nome, em meu e em nome dos Presidentes da Entidade, a saudação final aos eminentes Parlamentares. Vossa Excelência, que por longos anos presidiu esta entidade com tanto brilhantismo, Parlamentar dos mais ilustres desta República, pode, com toda a propriedade, falar do nosso sentimento e da nossa vontade de efetivamente contribuir para o fortalecimento do Poder Legislativo.

Em nome da Comissão Diretora, fala o eminente Deputado Vitorino James.

O SR. VITORINO JAMES - Senhor Presidente, meu caro e ilustre amigo Luiz Alberto Oliveira, Senhores ex-Presidente Moacyr Bertolli e Francisco Horta, Senhor Presidente Dilton Lirio Secretário Geral da nossa instituição, meus caros Presidentes, Senhores Deputados, meu caro Deputado Federal por São Paulo, velho e dedicado lutador das nossas causas.

Senhor Presidente, só posso entender esta honrosa investidura como um gesto de fidalguia, de ternura e de generosidade. Hoje, já sou ausente da tribuna, mas mantenho dentro da alma a vocação permanente de dedicação e de amor ao Poder Legislativo. E como um reflexo da dimensão e do fortalecimento desta instituição, a UPI é, a rigor, a força mística que alimenta, que envolve, que traça rumos e que conquista

as grandes aspirações do povo e da Nação Brasileira.

Senhores Deputados, a vida pública se reflete no rumo da seriedade, do comportamento político e público. O Poder Legislativo é a força mais viva que expressa a realidade da seriedade, da sinceridade e da vocação de solidariedade dos seus representantes às aspirações populares.

A Assembléia Legislativa, o Parlamento em todos os níveis: municipal, estadual ou Federal, é a alma cívica da Nação. Ai do povo que não tem Parlamento!

Meu caro Deputado Moacyr Bertolli, quero apenas fazer uma recordação e uma reflexão. Depois de quase dois decênios de presidir esta instituição, chegou o momento que teria que escolher um substituto. Vim a Santa Catarina. Presidia o Poder Legislativo do Estado, o Deputado Moacyr Bertolli. Tivemos uma longa entrevista. Logo após, fui almoçar com o ex-Governador de Santa Catarina, Ivo Silveira, que foi comigo em 1964, quando presidia a Assembléia da Guanabara ele presidia a Assembléia de Santa Catarina. Fui almoçar com dois ex-Presidentes de Santa Catarina e no curso do almoço eu declarei, graças a Deus, encontrei o meu substituto, e realmente no curso dos anos que se sucederam, a minha paixão pela Instituição foi recompensada pelo calor, pela dedicação, pela extraordinária vocação, pelo espírito de luta de Moacyr Bertolli, que a conduziu como nós todos desejávamos.

Na sua sucessão em Fortaleza, por um consenso, escolhemos a figura austera, vibrante, culta e inteligente de Francisco Horta, cuja trajetória na Instituição foi curta, lamentavelmente curta, interrompida, como a minha, pela decisão das urnas, mas declarei e é testemunho meu Presidente Gilberto Rodrigues, quando me despedi da minha Assembléia, eu declarei: "É muito importante termos humildade nas horas de glória e termos reflexão e acima de tudo resignação nas horas das vicissitudes."

Ninguém desvia o curso da vida; cada um de nós é um mundo, as circunstâncias nos levaram a um estado em que vários companheiros não tiveram homologadas, pelas urnas, as suas candidaturas; criou um hiato, mas esta Instituição me permite, Senhores Deputados, esta Instituição foi abençoada por Deus.

Dizia a pouco um colega ao jovem Deputado da Assembléia do Rio Grande do Norte: vou pedir a Moacyr Bertolli, para junto comigo e Francisco Horta, escrevermos um pouco a história desta Instituição. A minha época, foi uma época de muitas amarguras e muitas vicissitudes; foi a época do arbítrio, foi a época do esmagamento das Instituições Parlamentares, foi a época das cassações, quantas lágrimas correram

no meu rosto, quantas amarguras recolhi no coração, nos momentos difíceis que vivemos no curso desses vinte anos. Mas, graças a Deus, a noite escura já se transformou num céu azul de esperanças, Deus há de compreender o sacrifício desta Nação.

Senhor Presidente, o Brasil vive uma história admirável, em Vitória no Espírito Santo, no Congresso da UPI, coube-me a honra de saudar o Presidente Tancredo Neves.

Lembro-me, que ao final de minhas palavras, eu pedia muito a Deus pela sua saúde, pela sua vida!

Mas, mais do que isso, naquela manhã memorável, foram lançadas as bases de uma evolução, as diretrizes para uma consolidação das instituições políticas e republicanas. Será feita agora, numa fase difícil, muito difícil!

Deus que inspire os Legisladores e os Constituintes que vão elaborar a Bíblia Cívica da Nação!

Uma hora em que o País está mergulhado na maior crise de toda a sua história, mas Deus há de nos dar forças e a todo o povo brasileiro, aos responsáveis pela conduta deste País, para que possamos superar as dificuldades!

Os homens crescem na medida em que as suas forças possam vencer os obstáculos!

E é esta a mensagem, Senhor Presidente, que fica aqui neste instante!

Eu, Moacyr Bertolli e Francisco Horta, depositamos inabalável confiança na sua gestão, na sua experiência, no seu tirocínio e no seu patriotismo!

E esta confiança se espraia do Acre ao Rio Grande do Sul, a todos que aqui, hoje, integram esta instituição, aos que presidem os Poderes Legislativos Estaduais, aos Deputados que integram o Poder Legislativo, nós temos certeza que todos estão à altura da responsabilidade e da grandeza deste momento!

Enquanto Deus me der vida, mesmo de longe, eu estarei presente, vivendo, participando e integrando a alma desta insti-

tuição, porque ela é, rigorosamente, pelo prestígio que conquistou ao longo de quase três decênios; ela é a instituição política mais importante deste País, porque integra, na sua essência, aquilo que existe e tem de melhor nas representações político-partidárias!

Ela irmana, ela envolve, ela abre uma luz de esperança, de confiança e de fé no Poder Legislativo e no Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alberto Oliveira) -

Encerrando este Encontro de Curitiba, onde iniciamos este enfrentamento do tempo novo, queremos solicitar ao Senhor Secretário, para que anote, para efeito de reforma estatutária, a ser analisado no Estado do Amazonas, o nosso próximo Encontro de abril, as resoluções tomadas na reunião do Rio de Janeiro, no sentido da criação de um Conselho Consultivo à União Parlamentar Interestadual, do qual participam os eminentes ex-Presidentes Moacyr Bertolli e Francisco Horta, com direito a voz e voto nesta Entidade que, realmente, deve atuar acima das pessoas e das circunstâncias.

Creio que o Parlamentar realmente é um instrumento para que o cidadão comum não se sinta órfão de seus direitos.

Isso demonstramos neste Encontro, e, ao longo do nosso período na União Parlamentar Interestadual, nos encontros das Seccionais, nos encontros Nacionais, no trabalho permanente junto à Constituinte, nós haveremos de mostrar ao povo, ao cidadão, que o efetivo advogado da gente brasileira, do mais humilde ao mais poderoso, é efetivamente o Parlamentar Estadual.

Com os cumprimentos da Presidência e com os agradecimentos da Comissão Executiva da UPI ao Senhor Presidente desta Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Annibelli, declaro encerrado o presente Encontro.

Levanta-se a Sessão.